

peças, produzir uma safra com mais de seis milhões de sacas [360.000 toneladas]”.⁸⁴ A resposta ao enigma não era difícil de ser encontrada. A fronteira aberta e a mobilidade proporcionada pelo trabalho escravo, somadas, após a década de 1860, à construção da malha ferroviária e à adoção de maquinário avançado de beneficiamento que permitia poupar mão de obra e deslocar mais cativos ao eito,⁸⁵ tornaram a produção brasileira altamente elástica, apta não somente a responder rapidamente aos impulsos do mercado mundial, como, sobretudo, a comandá-los.

É aqui que se encontra o caráter radicalmente moderno da escravidão no Vale do Paraíba. Com base nela, o Brasil se tornou capaz de determinar o preço mundial de um artigo indissociável do cotidiano das sociedades urbanas industriais, cujos ritmos de trabalho passaram a ser marcados pelo consumo da bebida. Nas fábricas, no comércio, nas repartições públicas, nos hospitais, nas escolas ou em qualquer outro lugar no qual a cadência fosse ditada pelo tempo do relógio, o estimulante se tornou onipresente. Não por acaso, Brasil e Estados Unidos – o paradigma do novo modo de vida industrial e do consumo de massa – foram as duas pontas principais da cadeia da mercadoria ao longo do século XIX, algo que se estreitou na centúria seguinte. E, como em vários outros momentos do capitalismo histórico, a formação de uma nova *commodity frontier* para o abastecimento das zonas centrais articulou de forma direta a degradação do trabalho e da natureza nas zonas periféricas. A novidade do Vale do Paraíba, em relação às outras fronteiras que o haviam precedido, consistiu em sua escala, até então sem precedentes. Seus fazendeiros não só promoveram um dos mais intensos fluxos de africanos escravizados para o Novo Mundo, parte do qual sob a marca da ilegalidade, como igualmente arrasaram, no espaço de apenas três gerações, uma das mais ricas coberturas florestais do mundo. Produção em massa, consumo em massa, escravização em massa, destruição em massa: tais foram os signos da modernidade que conformaram a paisagem histórica do Vale do Paraíba.

84 LAËRNE, 1885, p. 124.

85 Cf. SUMMERHILL, William R. *Order against progress: government, foreign investment, and railroads in Brazil, 1854-1913*. Stanford: Stanford University Press, 2003; SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero (Org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE: USP, 1986; FRAGOSO, João L. R. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, v. 6, n. 12, p. 125-150, mar.-ago. 1986.

Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial

Mariana Muaze

O presente artigo¹ trabalha com a interpretação de que a ascensão da economia cafeeira na região do Vale do Paraíba fluminense e a expansão da classe senhorial do Império são processos interligados e interdependentes. Sendo assim, considera que os lucros, demandas e interesses constituídos em torno da cafeicultura no centro-sul foram imprescindíveis para a consolidação da classe senhorial na sua dimensão nacional. A economia cafeeira e as identidades constituídas em torno da manutenção da escravidão criaram condições para que esta classe entretencesse práticas de vida – materiais, econômicas, sociais, culturais e políticas – em torno da construção de um Estado nacional, conformando-o como sua principal fonte de sustentação social e objeto de direção política.²

Portanto, na perspectiva aqui apresentada, a história local do Vale do Paraíba fluminense e o contexto político, econômico e social do Brasil no oitocentos possuem conexões essenciais. Dentre elas, pode-se destacar a transformação do Vale do Paraíba fluminense em maior exportador mundial de café, processo viabilizado por uma política pró-escravista, de cunho nacional, claramente desenhada para garantir a continuidade desta instituição no Brasil.³ Contudo, não se trataria mais de uma escravidão em

1 Esta é uma nova versão do texto “o Vale do Paraíba fluminense e a dinâmica imperial” publicado em *Inventário das fazendas do Vale do Paraíba fluminense: fase III*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural: Secretaria de Estado de Cultura, 2010. E em *Instituto Cidade Viva*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <www.institutocidadeviva.org.br>.

2 Sobre as relações entre escravidão e construção do Estado imperial, ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

3 Ibid. Ver ainda, SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX – senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

moldes coloniais, arcaica;⁴ mas uma escravidão “moderna”,⁵ uma “Segunda Escravidão”,⁶ cujas marcas seriam a alta lucratividade, a relação com o mercado internacional, a exploração intensiva da mão de obra propiciada pela inovação técnica e organizativa da exploração, além da proximidade política com o estado nacional.⁷

A estrutura produtiva e comercial montada na localidade, em torno da praça do Rio de Janeiro e suas regiões adjacentes, entre os anos de 1820 e 1840, beneficiava os fazendeiros do Vale, mas também um seleto grupo de negociantes estabelecidos na Corte e responsáveis pelo escoamento da produção de café para o mercado internacional. Quando as tropas de mulas, comandadas por arreadores, muitos deles portugueses, desciam a serra lotadas de carregamentos de café com destino à Corte,⁸ imediatamente retornavam ao Vale com africanos escravizados recém-adquiridos, além de outras encomendas enviadas pelas casas comissárias de confiança dos fazendeiros.⁹

Como se vê, a Corte foi uma espacialidade fundamental para a estrutura política imperial e os negócios cafeeiros. Até a década de 1830, os escravos africanos desembarcavam no porto do Rio de Janeiro e de lá subiam a serra para trabalharem nas plantations. Com a Lei de 1831, declarada a ilegalidade do tráfico Atlântico, os desembarques foram dificultados pelo governo brasileiro e passaram a se dar clandestinamente.¹⁰ No entanto,

em poucos anos, senhores e negociantes escravistas se articularam politicamente e o número de africanos traficados ilegalmente cresceu de forma avassaladora. Esta tendência só foi interrompida em 1850, com a assinatura da Lei Eusébio de Queiroz, quando o tráfico tendeu à extinção definitiva. Nesta ocasião, a quantidade de escravos traficados que se encontravam trabalhando nos complexos cafeeiros do Vale do Paraíba já era suficiente para, através da formação de famílias e da reprodução natural, garantir a sobrevivência numérica da escravidão e o sistema produtivo das plantations cafeieiras funcionando por muito tempo.¹¹

Partindo dos princípios interpretativos acima apresentados e considerando a temporalidade entre a edificação dos complexos cafeeiros fluminenses, ocorrida nos anos 1820/1830, e o auge da produção na década de 1870,¹² este texto apresenta as seguintes proposições: I– a noção de Vale do Paraíba como uma região eminentemente cafeeira foi construída, ao longo do século XIX, concomitantemente com a ascensão política e econômica dos plantadores de café, atuando como mais um elemento de identidade da classe senhorial do Vale; II– os agentes sociais que atuaram na ocupação do Vale do Paraíba fluminense bem como o capital investido na montagem dos complexos cafeeiros tiveram múltiplas origens; III– as plantations do Vale se organizavam como complexos cafeeiros que mantinham uma dinâmica

4 FRAGOSO, João Luis; FLORENTINO, Manolo. *Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil numa economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

5 A denominação de escravidão moderna para o século XIX é utilizada por ambos os autores a seguir, contudo com definições distintas: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Vida privada e ordem privada no Império*. In: _____. (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 (História da Vida Privada no Brasil, v. 2); LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

6 TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão, trabalho: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011. Não se tratava apenas de aumentar a exploração do trabalhador escravo, aumentando suas horas de trabalho na produção de mercadorias, mas da intensificação, dada pela introdução de inovações tecnológicas, propiciadas pela inovação técnica e organizativa, da exploração.

7 Ibid.

8 LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. Rio de Janeiro: Moysés Baumstein, 1979.

9 FERREIRA, Marieta de Moraes. *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro, 1977*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1977.

10 Sobre o tráfico ilegal de escravos, ver: MAMIGONIAN, Beatriz G. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *Coleção Brasil Imperial: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 1; PARRON, 2011. Para relatos de descendentes de africanos e os lugares de memória do tráfico, consultar os vídeos: PASSADOS presentes – memória negra no sul fluminense. Direção de Hebe Mattos e Martha Abreu. Niterói: Labhoi-UFF,

2011. Duração 43 min; e MEMÓRIAS do cativo. Direção acadêmica: Hebe Mattos e Martha Abreu. Coordenação geral e roteiro: Hebe Mattos. Niterói: Labhoi-UFF, 2005. Ambos em *UffTube: portal de vídeos*. Disponível em: <www.labhoi.uff.br>.

11 SALLES, 2008.

12 A cronologia proposta por Stanley Stein para o Vale, durante muito tempo, foi tomada pela historiografia sem grandes questionamentos. Nesta interpretação, até 1850, seria o período da montagem do complexo cafeeiro no Vale, seguido dos anos de 1850 a 1864, quando a produção e as exportações do produto chegariam ao auge. A falta de investimentos tecnológicos, o esgotamento das matas virgens para continuar crescendo, o alto preço da mão de obra escrava, a escassez das terras de “fazenda velha” seriam alguns dos elementos que desencadeariam uma crise maciça do sistema a partir da segunda metade dos anos sessenta. Contudo, estudos mais pontuais têm mostrado que, dependendo da propriedade e das estratégias de manutenção do patrimônio de seus proprietários, a história era diferente. Portanto, a crise descrita por Stein não foi generalizada e nem a mesma em todas as fazendas do Vale fluminense. Não se trata de dizer que os problemas de esgotamento dos solos, envelhecimento dos cafezais e da mão de obra, apontados por Stein, inexistiram concretamente; mas de afirmar que seus efeitos foram sentidos, mais seriamente, na fronteira dos anos oitenta, e que as famílias encontraram formas diversas de lidar com o problema. Aqueles que conseguiram superar a crise e manter suas fazendas investiram em títulos da dívida pública, ações de bancos e empresas, montagem de empresas, compra de imóveis urbanos, etc. Consultar: STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero (Org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE: USP, 1986; MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

social e de trabalho hierarquizante a despeito da diversidade de sujeitos históricos que viviam e se relacionavam naquele espaço.

I

Entre os anos de 1816 e 1822, o naturalista francês Auguste Saint-Hilaire percorreu diversas localidades do Império do Brasil. Para descrever a região aqui estudada, usou a expressão Vale do Paraíba uma única vez: “a habitação de Boa Vista da Pampulha é mais elevada que Sumidouro, que, entretanto, é mais próximo três léguas da cadeia marítima, e, por conseguinte, mais afastado do vale do Paraíba”.¹³ Nesta passagem, o termo foi usado como um marco espacial para facilitar a localização especificada pelo viajante. Em outros momentos do mesmo texto, o rio Paraíba do Sul consta como referência principal, mas mantém a mesma conotação de acidente geográfico: “estrada nova do Paraíba”, “caminho novo do Paraíba”. Quase chegando a vila de Nossa Senhora da Glória Valença, com o mesmo sentido, descreveu: “cheguei às margens do Paraíba, que aqui tem, mais ou menos, a mesma largura do que no lugar em que o atravessamos, perto de Ubá. Corre o rio, majestosamente, num vale circundado de altas montanhas cobertas de mata virgem”.¹⁴

No ano 1870, Tavares Bastos usou Vale do Paraíba duas vezes em seu livro *A província: estudos sobre a descentralização do Brasil*.¹⁵ Na primeira, ao precisar por onde passava o telégrafo brasileiro, relatou: “apenas uma curta linha percorre o litoral do Rio de Janeiro até Campos, outra corta o vale do Paraíba”. Suas palavras, assim como as de Saint-Hilaire, ressaltavam o papel do vale como referência geográfica. Contudo, na segunda menção feita pelo político e escritor brasileiro, já havia a preocupação em apresentar as especificidades econômicas daquelas terras, dando-lhes um novo significado:

13 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio S. Francisco e pela província de Goiás*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. v.1, p. 23. Brasileira Eletrônica. Disponível em: <www.brasiliana.com.br>. Acesso em: 26 set. 2014.

14 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932. v. 5, p. 34. Brasileira Eletrônica. Disponível em: <www.brasiliana.com.br>. Acesso em: 26 set. 2014.

15 Tavares Bastos foi um importante escritor e político alagoano. Ocupou a cadeira de deputado geral pela província de Alagoas, entre 1861 e 1868. Consultar: BASTOS, Aureliano Tavares. *A província: estudos sobre a descentralização do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 302, 368. Brasileira Eletrônica. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br>. Acesso em: 3 maio 2011. Para efetuar a pesquisa sobre a designação Vale do Paraíba, usamos os noventa e sete livros da Coleção Brasileira que estavam disponíveis na internet. Dentre os autores que também utilizaram a expressão Vale do Paraíba, ainda encontramos: Alberto Torres, Manoel Bonfim e João Pandiá Calogeras.

No vale do Paraíba (Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas) concentram-se um milhão de escravos. Outrora, os interesses da sua grande propriedade procrastinaram a repressão do tráfico, humilhando a nação inteira.¹⁶

Mais de meio século de grandes transformações no Império do Brasil distanciam as falas de Saint-Hilaire e Tavares Bastos. Neste período, no que compete ao vale do Paraíba, as mudanças vão muito além da paisagem ou da geografia do lugar. A própria noção de “Vale do Paraíba” havia sido resignificada. Não se tratava mais somente de um acidente geográfico, uma referência territorial, um mero localizador. Tornara-se uma região específica, parte importante da província do Rio de Janeiro, com características políticas, econômicas e sociais próprias. Esta singularidade foi percebida por Tavares Bastos quando a descreveu como possuidora de muitos escravos, com o predomínio de grandes fazendas e com um grupo de proprietários com respaldo político e cabedal econômico suficientes para resistir ao fim do tráfico de escravos. Portanto, na década de 1870, o Vale do Paraíba já havia se constituído como uma região. Mas não qualquer uma. Tratava-se de uma região com projeção econômica e política no âmbito nacional.

O reconhecimento do potencial da região do Vale era assunto comentado nas províncias e na Corte, onde era comum se ouvir nas ruas o bordão “o Império é o café e o café é o Vale”. O dito era tão popular que o político gaúcho Gaspar Silveira Martins, durante a campanha abolicionista, completou-o dizendo: “O Brasil é o café, e o café é o negro”.¹⁷ Suas palavras, apesar de críticas à escravidão, reconheciam claramente a indissociabilidade entre o estado Imperial, o café, a região do Vale do Paraíba e a escravidão.

A noção de Vale do Paraíba como região política e economicamente consolidada também já aparecia nos anos sessenta, quando do debate sobre a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II na imprensa:

[...] A estrada de Ferro D. Pedro II, cujos destinos foram previstos e delineados, ganhasse forças servindo ao rico Vale do Paraíba da Cachoeira até o Porto Novo do Cunha. (A ACTUALIDADE: Jornal Político, Litterário e Noticioso, Rio de Janeiro, 2 fev. 1862).

A estrada de Ferro D. Pedro II foi feita especialmente para servir ao vale do Paraíba e para suas partidas de imensa produção que ali se encontram. (A ACTUALIDADE: Jornal Político, Litterário e Noticioso, 19 fev. 1862).

16 BASTOS, 1937.

17 TOPLIN, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975. p. 136.

[...] O Vale do Paraíba dará produção para pagar e indenizar amplamente os capitais que se empregarem ali em estrada de ferro, e então se aproveitará em toda a extensão desse dinheiro que aí estará bem guardado. (CORREIO MERCANTIL: Jornal Noticioso, Commercial e Político, Rio de Janeiro, 10 set. 1867).

Tantos investimentos em uma só localidade despertaram críticas ácidas e deboches de representantes das províncias não contempladas:

O Vale do Paraíba é importante, vale até estrada de ouro. O resto do país não vale nada, contentam-se com postos da guarda nacional, com os filões dos cargos policiais, e com os diplomas de eleitores para fabricar deputados e senadores, porque de Minas é só isso que querem, com lombo de porco e feijão fresco. Além da Mantiqueira, só campos estéreis, e o Vale do Paraíba produz café e pode dar [...] boas empreitadas as custas do tesouro. (O GLOBO: Jornal Philosophico, Literario, Industrial e Scientifico, Rio de Janeiro, 29 dez. 1867).¹⁸

Os diferentes significados dados ao Vale do Paraíba ao longo do século XIX permitem caracterizá-lo como uma construção histórica. Nos primeiros anos do século XIX, a experiência da escassa ocupação e das imensas matas virgens projetava o rio Paraíba como localizador para os que ali passavam, com o intuito de traçar direções que facilitassem a exploração daquelas terras. Não obstante, à medida em que o território foi colonizado, houve o crescimento de vilas, cidades, entrepostos comerciais, estradas, pequenos e médios sítios,¹⁹ além de imensos latifúndios. As transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e de meio ambiente ocorridas alteraram as percepções individuais e coletivas constituídas sobre aquela espacialidade. Das relações estabelecidas e vivenciadas pelos agentes sociais, emergiu a noção de Vale do Paraíba como região cafeeira, escravista, exportadora e economicamente próspera.²⁰ Esta associação foi facilitada pela rápida ampliação do cultivo da rubiácea nas terras banhadas pelo rio Paraíba; também conhecidas como “Serra Acima”. Portanto, como fica aqui demonstrado, o espaço é um produto social, resultado histórico das disputas sociais e políticas em torno da significação do território. E com o vale do Paraíba não foi diferente.

Nas primeiras décadas do oitocentos, o café disputava espaço com algumas culturas de subsistência e, principalmente, com a cana de açúcar, gênero mais lucrativo na balança comercial brasileira até, pelo menos, a

18 Grifos meus. Todas as quatro citações acima foram consultadas no site: *Biblioteca Nacional Digital Brasil*. Rio de Janeiro. Disponível em: <hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 5 jun. 2014.

19 Sobre a agricultura de subsistência e a fundação da vila de Paty do Alferes, ver: MUAZE, 2008, cap. 4.

20 Sobre espaço e relações sociais na história, consultar: KNAUSS, Paulo. Introdução. In: _____. *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. p. 7.

década de 1830.²¹ O caso da fazenda Pau Grande, uma das sesmarias mais antigas da região, fundada na segunda metade do XVIII, por José Rodrigues da Cruz, é bem representativo:²²

	AÇÚCAR	AGUARDENTE	RECEITA TOTAL
1797	4:661\$540 (1960@e3oss)	1:818\$540 (60 pipas)	6:480\$080
1801	48:916:476 (3707@)	2:450\$800 (92 ½ pipas)	52:492\$661
1805	83:038\$634 (não consta)	2:089\$040 (107 ½ pipas)	85:127\$675
1810	102:747\$529 (1035@26ss)	2:997\$920 (63 pipas e 132 medidas)	105:745\$449

A análise das receitas expostas demonstra a franca expansão dos negócios e confirmam que a maior parte dos lucros da fazenda advinha do comércio do açúcar e da aguardente para consumo interno e exportação, ainda nos anos de 1810. A produção era comercializada com diferentes compradores estabelecidos nas localidades vizinhas de Barra do Inhomirim, Pillar e Corte. As numerosas pipas de aguardente relacionadas tinham como destino final Benguela e Lisboa, onde a bebida era usada no tráfico transatlântico de escravos africanos. Com negócios tão consolidados, só houve interesse em investir maciçamente na cultura do café por volta da década de 1830, quando o preço da rubiácea já estava em ascensão no comércio mundial. Da mesma forma que no exemplo descrito, muitos proprietários exploraram as duas culturas concomitantemente até que, enfim, os lucros do cafeeiro superaram os da cana de açúcar redundando numa substituição definitiva.²³

21 Para a década de 1820, os principais produtos exportados no Império tinham os seguintes índices gerais: 27,8% açúcar, 21% algodão e 19,2% café. Na segunda metade do século XIX, os índices do café bateram 60% das exportações e o Vale do Paraíba tornou-se o maior exportador mundial do produto. O açúcar, em outras localidades do Rio de Janeiro, manteve sua força econômica e o poder político de muitos de seus produtores durante boa parte do XIX.

22 Sobre a fazenda Pau Grande e as famílias Ribeiro de Avellar e velho da Silva, consultar: MUAZE, Mariana. 2008.

23 Para fazer esta afirmação, comparamos dois inventários de membros da família. No primeiro, pertencente à D. Antônia Maria da Conceição (1828), não foram relacionados instrumentos de trabalho, bens de raiz ou plantações referentes ao seu cultivo de café. Tal constatação indica que, até aquele momento, o cafeeiro ainda não havia se tornado o principal sustentáculo da riqueza familiar, logo, a fazenda continuava vigorando como um engenho por excelência. Já no inventário de seu filho, barão de Capivary (1863), encontram-se listados milhares de árvores de diferentes idades, tendo as mais antigas 24 anos, levando-me a concluir que a substituição de culturas deve ter sido iniciada na década de 1830. A fortuna acumulada por este fazendeiro foi da ordem de 85:670\$300, conforme seu inventário. Documentos consultados: INVENTÁRIO do Barão de

Desde a virada do século XIX, com a industrialização europeia e a revolução escrava de São Domingos, houve uma reestruturação significativa dos lugares produtores de commodities. Segundo o historiador Rafael Marquese,²⁴ esta colônia francesa respondia por parte significativa da produção de gêneros tropicais (como açúcar, algodão e café) até 1791, quando foi declarada a independência do Haiti. Na nova conjuntura política, houve a desestruturação dos largos plantéis ali existentes e seu espaço no mercado internacional foi suprido por novas áreas produtoras, a exemplo do Vale do Paraíba. Por outro lado, a Revolução Industrial inglesa e o novo ritmo de trabalho impulsionaram a popularização do açúcar na dieta do trabalhador, o aumento do consumo de bebidas estimulantes a exemplo do café e o crescimento da demanda de algodão para a indústria têxtil em expansão, o que tornou a exportação destes produtos bastante lucrativa.²⁵

As primeiras experiências de plantio do café no Brasil foram no Pará. Na Corte, a rubiácea foi cultivada como uma planta de quintal para consumo doméstico e, entre 1760 e 1820, já se percebiam plantações pioneiras. Sobre esse período inicial, Monsenhor Pizarro atestou que a Tijuca era a localidade de maior produção no início do século XIX: “não há chácara ou fazenda que deixe de cultivar o precioso gênero”.²⁶ Entre os primeiros plantios na *urbe*, destacava-se: a rua dos Barbonos (hoje, rua Evaristo da Veiga) pertencente aos padres capuchinhos; a encosta do Corcovado e morros vizinhos com mais 3 mil pés; a da região ao norte do maciço da Carioca e o plantio do Mata-Porcos, atual Largo do Estácio, pertencente ao holandês João Hoppman.²⁷ Para fora do centro da cidade, a cultura do café se alastrou nas encostas de Jacarepaguá e elevações que circundam a baixada de Santa Cruz e Inhaúma, onde se localizava a fazenda do padre Antonio Couto da Fonseca, no local chamado Mendanha.²⁸

Diante da demanda crescente, o plantio da rubiácea cresceu imensamente através de dois eixos principais. O primeiro partiu de Laranjeiras, Tijuca e Serra do Mendanha, na cidade do Rio de Janeiro, e atingiu o Vale do rio Paraíba do Sul, onde tomou dois sentidos distintos. Para São Paulo, margeando o Caminho Novo da Piedade (desbravado em 1770 para facilitar a comunicação entre o Rio de Janeiro e as minas de Goiás e Mato Grosso), se destacaram as localidades de São João Marcos do Príncipe, Resende, Piraí e São Sebastião de Barra Mansa. Em direção à Minas Gerais, nos veios do Caminho Novo (aberto para o transporte do ouro na década de 1720), foram fundadas as vilas de Paty do Alferes, Vassouras e Nossa Senhora da Glória de Valença. No último caso, lembro que a proliferação das fazendas cafeeiras também foi facilitada pelas duas variantes do Caminho Novo, as estradas do Comércio (1813/1817) e da Polícia (1817), que serviram de vias de escoamento para os portos fluviais de Iguaçu, Estrela e Porto das Caixas, de onde o café seguia para as casas comissárias da Corte e, enfim, para seus diferentes destinos nos Estados Unidos e Europa.²⁹

O segundo eixo de expansão partiu da baixada fluminense com destaque para as vilas de São Gonçalo e Santo Antônio de Sá (atual Itaboraí). De lá, o cultivo do café chegou a Cantagalo na década de 1840 e fez uma nova penetração para o nordeste onde alcançou Nova Friburgo, Aldeia da Pedra (atual Itaocara), Bom Jesus de Monte Verde (atual Cambuci) e São Fidélis de Sygmaringa. Como se vê, nos idos de 1830, a cultura do cafeeiro já havia tomado quase toda a bacia do rio Paraíba,³⁰ incluindo Entre-Rios, Paraíba do Sul, Santo Antônio de Sapucaia e Porto Novo.³¹ Neste processo, foram imprescindíveis as imensas florestas virgens que se traduziram em uma área de fronteira agrícola aberta para exploração e as vias de escoamento estabelecidas desde a extração aurífera.

Não obstante os aspectos externos, o rápido crescimento do café no vale do Paraíba também foi facilitado pela enorme disponibilidade de terras (fronteira agrícola aberta), uma rede de estradas e caminhos consolidada, um *know how* de transporte executado por mulas desenvolvido durante a mineração, uma estrutura de tráfico negreiro eficazmente montada e uma volumosa

Capivary. Vassouras: Faculdade Severino Sombra, 1863. CDH, caixa 116; INVENTÁRIO Antônia Maria da Conceição. Vassouras: Faculdade Severino Sombra, 1828. CDH, caixa 76.

24 MARQUESE, Rafael. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

25 TOMICH, D; MARQUESE, R. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do Mercado mundial de café”. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *Coleção Brasil Imperial: 1831-1871*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Este texto recebeu uma nova edição revisada que compõe o primeiro capítulo deste livro.

26 PIZARRO, Monsenhor apud MACHADO, Humberto. *Escravos, senhores e café*. Niterói: Cromos, 1993. p. 20.

27 VALVERDE, Orlando. *Estudos de geografia agrária brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.

28 Nestas localidades, o russo Langsdorff possuía vasta plantação na Fazenda Mandioca e o antigo lavrador de São Domingos, Sr. Lesse, foi fornecedor de mudas de café com mais de sessenta mil pés plantados em sua fazenda em Jacarepaguá.

29 Sobre a abertura dos caminhos e sua importância para a ocupação e expansão comercial do Vale do Paraíba fluminense, consultar: NOVAES, Adriano. Os caminhos antigos do território fluminense. In: INVENTÁRIO das fazendas fluminenses. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008. t. I, p. 53-78.

30 Para o geógrafo Orlando Valverde, a denominação bacia do Paraíba seria mais completa, pois também incluiria as terras não diretamente banhadas pelo rio Paraíba do sul. VALVERDE, 1985.

31 SALLES, Ricardo. 2008.

reserva de capitais privados, acumulados em outras áreas de produção, mas que foram investidos nos complexos cafeeiros aos primeiros sinais de possíveis lucros a partir da expansão da demanda no mercado internacional.³²

Todo este processo de montagem de uma estrutura cafeeira escravista de grande porte na região do Vale do Paraíba aqui descrito deve ser entendido de forma indissociável à construção do estado imperial e da própria classe senhorial. A partir dos anos de 1840, após a intensa experiência federalista da Regência, houve a ascensão de uma política de estado centralizadora levada a cabo pelos conservadores Saquaremas. No novo contexto, os ideais de *manutenção da ordem e expansão da civilização* foram legitimados como capazes de unir diferentes interesses políticos e econômicos da classe senhorial em torno da Coroa, representada pela figura do Imperador.³³ Enquanto o primeiro garantia a escravidão como peça fundamental para a sobrevivência do Império, o segundo valorizava as formas de comportamento e o *habitus* europeu como modelo de civilidade a ser seguido, vislumbrando colocar o Brasil no rol das grandes nações.³⁴ Tal processo foi definido pelo historiador Ilmar Mattos como “expansão para dentro.” Ou seja, ao transformar os ideais de *ordem e civilização* em elementos de coesão e identidade social, os Conservadores não só apaziguavam as diferenças no interior da classe senhorial, fortalecendo-a;³⁵ mas também incorporavam as classes médias urbanas e os profissionais liberais à chamada boa sociedade do Império. Com a base de sustentação social ampliada e consolidada, foi possível manter uma política conservadora pró-escravista favorecedora dos interesses dos senhores de escravos até, seguramente, a Lei do Ventre Livre, em 1871.³⁶

32 MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 353.

33 MATTOS, I. 1990.

34 O conceito de *habitus* aqui trabalhado é entendido a partir das considerações de Norbert Elias, para quem *habitus* é a forma de sentir e agir não reflexiva, o equivalente a uma segunda natureza, que, através do autocondicionamento psíquico, pouco a pouco vai fazendo parte da estrutura da personalidade do indivíduo. Para compreender melhor a forma como Elias entende e trabalha com este instrumental teórico, deve-se inseri-lo no contexto de sua teoria geral do “processo civilizador”. Sobre o conceito de *habitus* ver: ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1995; Id. *Mi trayectoria intelectual*. Barcelona: Ediciones Península, 1984; Id. *Processo civilizador*. São Paulo: JZE, 1993. v. I-II.

35 Desta forma, os conservadores conseguem construir a Coroa como Partido, ou seja, unem a classe senhorial e a boa sociedade em torno da figura do imperador e do funcionamento das instituições do estado Imperial, ao mesmo tempo em que reforçam os ideais favorecedores desta classe (ordem e civilização) como política de estado. No bojo deste processo, muitos membros da classe senhorial abrem mão de seu poder privado (casa) em prol da defesa de interesses maiores representados pelo Império. MATTOS, I., op. cit.

36 A Lei Rio Branco foi aprovada, em 1871, com o intuito de minimizar as reivindicações pela abolição surgidas após a guerra do Paraguai. Seu custo político em relação aos grandes senhores de

Buscando as relações aqui propostas no âmbito local, pode-se verificar que, no mesmo período (1840-1860), houve a consolidação do poder dos grandes e mega proprietários “serra acima”, no Vale do Paraíba, confirmando a supremacia da região mercantil do centro-sul.³⁷ Partindo dos dados levantados por Ricardo Salles para Vassouras, pode-se dizer que os senhores com mais de 100 escravos ampliaram a posse de cativos de: “34,5% para 74,23% entre 1836 e 1850; para 72,2% entre 1851 e 1865 e para 70,24% entre 1866 e 1880”.³⁸ Neste processo, o grupo de pequenos e médios proprietários, muitos dependentes dos grandes cafeicultores (para empréstimos de dinheiro, transporte de mercadoria, etc.), acabaram em dificuldades financeiras e perderam suas posses, o que auxiliava ainda mais a concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários que as adquiriam por módicos preços. Em Paraíba do Sul, o mesmo processo de concentração de terras e escravos também foi percebido por João Luis Frago. ³⁹ Ambos os trabalhos demonstram que os mega e grandes senhores tiveram condições excelentes em termos de disponibilidade de terra, mão de obra e demanda por produto para competirem no mercado internacional de café. Tais condições não eram de todo espontâneas: havia uma política de estado escravista favorecedora da reprodução destas relações, já que as mesmas lhe proporcionavam base de sustentação política e econômica.

Portanto, mesmo não ocupando as mais altas posições do Executivo e do Legislativo central, os senhores do Vale do Paraíba estiveram, direta e indiretamente, ligados à política imperial.⁴⁰ Muitos mantinham con-

escravos não era ignorado pelos conservadores, muito pelo contrário. O propósito destes políticos era “reformatar para conservar”, aprovar a emancipação do ventre escravo como forma de garantir a sobrevivência da escravidão por mais alguns anos, num mundo em que esta instituição ruía. Desejavam o menor abalo possível das estruturas sociais a fim de manter a ordem imperial e o controle dos meios de produção pela classe dominante. SALLES, 2008.

37 Ibid.

38 Ibid, p. 156.

39 FRAGOSO, João Luís. *Barões do café e sistema agrário escravista*: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888). Rio de Janeiro: Faperj: 7Letras, 2013.

40 Neste aspecto, discordo da noção de “dialética da ambiguidade” desenvolvida por José Murilo, para quem os interesses dos proprietários rurais e da Coroa entraram por diversas vezes em descompasso durante o Segundo Reinado. Segundo o autor, isso pode ser percebido em relação às despesas com justiça, administração, educação, obras de infraestrutura e assistência pública nas províncias, onde a participação da Coroa sempre deixou a desejar. Contudo, é preciso que se pense que, ao não ocupar este espaço a nível local no tocante às províncias, a Coroa deixava um vazio que era preenchido pelos grandes senhores de terras e homens que o almejavam em troca de prestígio social, aquisição de títulos e privilégios políticos. A distribuição de nobiliarquia parece ter sido o mais comum mecanismo de compensação, pois 14% de todos os títulos conferidos por D. Pedro II foram a fazendeiros

xões com importantes nomes da Corte como forma de garantir os interesses cafeeiros na esfera nacional. No nível local, havia o domínio quase absoluto das câmaras municipais, assembleias provinciais, guarda nacional e execução de obras públicas por estes grandes senhores que gozavam de uma vasta rede de solidariedades tecidas entre as “principais famílias” de cada localidade.⁴¹ Contudo, tal forma de articulação política não prescindia de disputas intra-classe, a exemplo das querelas entre o Partido Liberal e Conservador ocorridas tanto no cenário nacional como local.

II

Na década de 1950, a ocupação do vale do rio Paraíba do Sul foi estudada pelo historiador Stanley Stein em seu trabalho clássico *Grandeza e decadência do café*. Segundo o autor, este movimento populacional foi impulsionado por dois fatores principais. De um lado, a concessão de sesmarias na região que se intensificou durante a estada da Corte portuguesa no Brasil devido à distribuição de terras em agradecimento aos serviços prestados a sua Majestade. De outro, o aumento de posses de terras derivadas da intensa movimentação proveniente da região mineradora, quando o Vale ainda era numa zona de fronteira agrícola aberta.⁴² A convivência entre sesmeiros e posseiros, que inicialmente foi pacífica, tendeu a se acirrar na medida em que as áreas de expansão agrícola foram se escasseando e os litígios pelas terras foram se intensificando. O resultado de tal dinâmica histórica foi uma enorme concentração de terras, escravos, poder político-militar e

de café. Conferira a tabela abaixo. Consultar: MUAZE, 2008, p. 66-68; CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

41 Como exemplo, podemos citar o caso do barão de Capivary e do visconde de Uruguai, na ocasião de Membro do Conselho de Estado e chefe do Partido Conservador, que trocaram correspondências em 1862 para acertar os nomes indicados para a próxima eleição da assembleia provincial. Consultar: SOUSA, Paulino José Soares de – visconde do Uruguai. [Carta ao barão de Capivary]. Rio de Janeiro, 7 jan. 1862. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 74. Ainda podemos citar o caso da revolta de Manoel Congo, ocorrida em Vassouras em 1838, estudada pelo historiador Flávio Gomes. Na ocasião, o comandante da Guarda Nacional acionado para capturar os fugitivos era Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, futuro barão de Paty do Alferes e um dos maiores proprietários fundiários da região com cerca de mil escravos. As demais autoridades responsáveis pela averiguação do caso – os juizes de paz e o juiz de direito – eram todos seus parentes: “o juiz de paz da freguesia de Pati do Alferes, José Pinheiro de Sousa Werneck, era irmão do juiz sendo ambos primos legítimos de Lacerda Werneck.” GOMES, Flávio. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 198.

42 A concessão de sesmarias foi abolida em 1822, quando se instituiu o reconhecimento legal das posses. Ver: STEIN, 1990.

prestígio social nas mãos das poucas famílias que conseguiram receber seu quinhão até as primeiras décadas do século XIX.

O pioneirismo na ocupação de terras no Vale comentado por Stanley Stein certamente foi um fator importante para que algumas famílias concentrassem riqueza e poder numa fase posterior, quando o preço do café despontou no mercado internacional. Contudo, em muitos casos, tais fortunas familiares foram erguidas ou ampliadas com base em outras atividades econômicas que não o plantio do café para o mercado externo, tais como: comércio de grosso trato, tráfico de escravos, mineração, investimento em imóveis, e empréstimo de dinheiro a juros. Os exemplos são distintos de localidade para localidade. Mas, na maioria dos casos, o café não foi a única base na qual foram erguidas as principais fortunas da região.

Em 4 de setembro de 1820, D. João VI assinou o decreto que permitia a criação da vila de Paty do Alferes. Daquele momento em diante, todas as casas de fazendas, casebres, ranchos para pouso de tropeiros e viajantes, vendas, e demais formas de morada e trabalho, construídas dentro dos limites das antigas freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Paty, Sacra Família do Caminho Novo do Tinguá, Nossa Senhora da Conceição e Apóstolos São Pedro e São Paulo da Paraíba Nova e os curatos de Santana de Sebolos e Senhor Bom Jesus de Matosinhos, passavam a fazer parte da vila de Paty do Alferes.⁴³ A região era bastante visitada por aqueles que se destinavam as Minas Gerais pelos caminhos do ouro e se mantinham através da produção de gêneros agrícolas como cana de açúcar, mandioca, milho, legumes, café, marmelos e diversas frutas. Os produtos se destinavam ao auto-abastecimento e, em escala reduzida, o fornecimento para Corte, com exceção do açúcar, que era levado, em grandes quantidades, ao porto da Estrela para ser encaixotado e transportado para armazéns da capital.⁴⁴

A decisão de criar uma vila em Paty do Alferes privilegiava os núcleos Ribeiro de Avellar e Werneck, pertencentes à mesma família de origem e pioneiros na ocupação da região desde o século XVIII, com a fundação das primeiras sesmarias do Pau Grande, Ubá e Guaribu.⁴⁵ Já em 1711, André

43 Sobre o assunto, consultar: ALVARÁ de criação da Vila de Paty do Alferes, 4 de setembro de 1820 apud PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigas fazendas de café da província fluminense*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 14-15 e RELATO de Monsenhor Pizarro e Araújo apud RAPOSO, Inácio. *História de Vassouras*. 2. ed. Rio de Janeiro: SEEC, 1978. p. 21.

44 Ibid.

45 Sobre a família Werneck, consultar o trabalho do historiador: SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão: três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

João Antonil, ao traçar o “roteiro do Caminho Novo da cidade do Rio de Janeiro para as minas” no livro *Cultura e opulência do Brasil, fez o primeiro registro referente às terras do Pau Grande que se tem notícia.*

Dos Pousos Frios se vai à primeira roça do capitão Marcos da Costa; e dela, em duas jornadas, à segunda roça, que chamam do Alferes. Da roça do Alferes, numa jornada se vai ao Pau Grande, roça que agora principia, e daí se vai pou-sar no mato ao pé de um morro que chamam Cabaru. Desse morro se vai ao famoso rio Paraíba, cuja passagem é em canoas. Da parte de aquém, está uma venda de Garcia Rodrigues e há bastantes ranchos para os passageiros; e da parte d'além, está a casa do dito Garcia Rodrigues, com larguíssimas roçarias.⁴⁶

O citado Garcia Rodrigues Paes havia sido o principal responsável pela abertura do Caminho Novo em fins do século XVII e recebeu como recompensa quatro sesmarias para si e uma para cada um de seus doze filhos. Pouco tempo depois, em 1739, o capitão Francisco Tavares, também morador do caminho das Minas Gerais, ergueu uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição em sua fazenda ao redor da qual outros habitantes se estabeleceram. Em 1816, foi a vez do francês Saint-Hilaire passar pela localidade. O cenário antes descrito por Antonil havia mudado e as terras do Pau Grande já comportavam um grande engenho de açúcar. A partir delas, a família Ribeiro de Avellar se fixou na região desde 1748 e exerceu seu poder durante todo o Oitocentos.⁴⁷

As festividades de criação da vila de Paty do Alferes e a posse da primeira Câmara municipal ocorreram em 23 de fevereiro de 1823. Contudo, menos de 2 anos depois a mesma foi extinta para a criação da povoação de Vassouras em seu lugar.⁴⁸ A nova vila de Vassouras, assim como Paty do Alferes, tinha sido ocupada a partir da decadência da mineração. Em seus

Para uma abordagem memorialista, ver: MORAES, Roberto Menezes de. *O casal Furquim Werneck e sua descendência*. Vassouras: Liney, 1985; CASTRO, Maria Werneck de. *No tempo dos barões*. São Paulo: Bem-te-vi, 2004.

46 Grifos meus. ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos: MEC, 1976. p. 184.

47 Concessão de meia légua de terras em Pau Grande aos irmãos Manuel e Francisco Gomes Ribeiro (o moço) e ao sócio Antônio da Costa Araújo. A carta de sesmaria foi requerida pelos três sócios, em 9 de outubro de 1748. Entretanto, na ocasião de sua assinatura, em 3 de outubro de 1750, foi registrada uma légua de terras no nome dos dois irmãos portugueses. MORAES, Roberto Menezes de. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande*. Paty do Alferes: [s.n.], 1994. p. 8.

48 WERNECK, Francisco Peixote de Lacerda. [Sem Título] *O Vassourense*, Vassouras, 31 dez. 1893 apud RAPOSO, Inácio. *História de Vassouras*, p. 21. Sobre a data da solenidade de fundação da vila há controvérsias, enquanto Raposo aponta 23 de fevereiro de 1821, Antônio Martins afirma ser 21 de fevereiro do mesmo ano. A primeira Câmara eleita (1821-1824) foi composta pelos procuradores Antônio Gomes

primeiros anos, a produção era diversificada (mandioca, feijão, banana e porcos) e escoava para a capital através das estradas do Comércio (1813) e da Polícia (1820), à margem das quais nasceram as primeiras culturas dos cafeeiros.⁴⁹ Na verdade, a introdução dos cafezais na região é anterior à criação da vila de Paty do Alferes. Os tropeiros que transitavam entre os centros da mineração e a cidade do Rio de Janeiro plantaram as primeiras mudas de café ao longo do Caminho Novo, buscando garantir alimento em futuras paradas. O grande florescimento da localidade de Vassouras acabou influenciando a alteração do centro político e facilitando a exploração do café na região que já, em 1836, alcançou o índice de 300 mil arrobas exportadas.⁵⁰

Para Stanley Stein, “três acontecimentos se conjugaram para completar o povoamento de Vassouras no último quartel do século XVIII e no primeiro do século XIX: a exaustão das Minas ao norte, a expansão da cultura do café e a eliminação dos índios Coroados na região atualmente ocupada por Valença na margem norte do Paraíba”. A decisão regencial de transferir a vila para Vassouras veio satisfazer interesses políticos e econômicos das famílias Teixeira Leite e Correia e Castro, que enriquecidas com a mineração, haviam se instalado na região de Vassouras na virada do século, após a exaustão das minas de ouro, procurando outra atividade econômica. A mudança da capital política também contou com a aceitação dos Ribeiro de Avellar e Werneck que, na época, possuíam membros na câmara municipal de Paty que votaram pela alteração.⁵¹ O florescimento da nova vila foi rápido e, em 1850, já possuía 35.000 residentes entre pessoas livres e escravos. Em 1872, este número era de 39.253 habitantes, incluindo 20.158 escravos, 19.085 livres de diferentes raças e origens.

No caso de Valença, que também seria uma das principais exportadoras de café, as primeiras sesmarias distribuídas foram doadas para Francisco Nunes Fagundes (1770), Garcia Rodrigues Paes Leme (1771) e Francisco Antonio de Paula Nogueira da Gama (1797), ainda no século XVIII. A fundação da aldeia Nossa Senhora da Glória de Valença, em 1803, é atribuída

da Cruz, Manoel João Goulart, capitão José Lopes França, o alferes José de Souza Vieira e os juizes ordinários capitão-mor Manoel Francisco Xavier e o Capitão Francisco das Chagas Werneck.

49 STEIN, 1990, p. 10.

50 Ibid., p. 30.

51 Para acompanhar melhor esta discussão sobre a política local, consultar: FONSECA, Magno; SALLES, Ricardo. Vassouras – 1830/1850: poder local e rebeldia escrava. In: CARVALHO, J. M. de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

a Ignácio de Souza Werneck, José Rodrigues da Cruz e ao padre Manoel Gomes Leal – o primeiro e o terceiro da família Werneck e o segundo da Ribeiro de Avellar, previamente citadas –, após terem sido nomeados pelo vice-rei para “proceder à civilização”, “domesticar e aldear” os índios coroados que ocupavam a região. No aldeamento, foi construída e benzida a capela de Nossa Senhora da Glória que veio a originar a cidade de Valença.

A família Werneck chegou ao Vale em 1712. Seu pioneiro foi o migrante português João Berneque que constituiu família e se estabeleceu como lavrador e comerciante na pequena localidade de N. Senhora do Pilar do Iguaçu. Após um período em Minas Gerais investindo na exploração do ouro, seus descendentes se fixaram no Vale fluminense por todo o século XIX. Ignácio de Souza Werneck, natural da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, atual Barbacena, por exemplo, alcançou benesses da Coroa portuguesa devido aos serviços prestados na “civilização de índios” e na construção da estrada Werneck, então chamada de *Caminho da Aldeia*, primeira estrada para o sertão de Valença.⁵² No início do século XIX, ao passar pela fazenda Piedade, localizada na freguesia de Conceição do Alferes de Serra Acima (atual município de Miguel Pereira), o historiador Monsenhor Pizarro comentou que o engenho de Ignácio Werneck “distanciava 3 ½ léguas em N. S. da Piedade, no rio Sant’Anna.” Poucas décadas depois, em 1866, a propriedade tinha 135 escravos e era parte do complexo formado por três fazendas pertencentes ao barão e à baronesa de Paty do Alferes, seus herdeiros.⁵³

José Rodrigues da Cruz migrou de Portugal para o Rio de Janeiro juntamente com seus irmãos Antônio Ribeiro de Avellar e Antônio dos Santos, para trabalhar com o tio no comércio de grosso trato. Segundo Saint-Hilaire, José Rodrigues da Cruz recebeu como recompensa aos serviços prestados à Coroa portuguesa as sesmarias de Ubá, onde estabeleceu um engenho de açúcar, uma serraria e um moinho de fubá.⁵⁴ Pouco tempo

depois, os irmãos fundaram a sociedade Avellar & Santos que, além das terras de Pau Grande e Ubá, também realizava serviço de comissariado para diversos fazendeiros do Vale, além do comércio de grosso trato com sede na Corte. Seus interesses se alastravam, ainda, para área de transporte e abastecimento do mercado interno colonial, pois faziam o comércio de mercadorias, principalmente açúcar, do interior para a capital pelo rio Inhomirim.⁵⁵ Como se vê, das quatro principais famílias do Médio Vale, todas tiveram fortuna originária no comércio e/ou mineração e puderam ampliá-las através da aquisição de terras e da expansão do café.

Na região do Vale que se aproxima de São Paulo, os primeiros indícios de povoamento que se tem notícia foram concessões de sesmarias feitas na década de 1760. Nos anos de 1820, muitas destas terras já pertenciam ao coronel Custódio Ferreira Leite, o barão de Aiuruoca, importante comerciante e minerador que foi contratado por D. João VI, em 1816, para comandar a abertura da estrada da Polícia. Com o tempo, um núcleo populacional foi crescendo em torno da capela de São Sebastião e do rio de mesmo nome até que, em 3 de outubro de 1832, foi criada a Vila de São Sebastião de Barra Mansa. Outros membros da família Leite também migraram para o Vale fluminense motivados pelo cultivo dos cafezais e as vantajosas atividades comerciais e financeiras dele derivadas. No caso da família Leite, os laços de solidariedade familiar foram muito importantes na formação de uma rede de poder e prestígio na região. Afonso Taunay, em “História do café no Brasil”,⁵⁶ conta que, na fundação de Barra Mansa, o coronel Custódio Ferreira Leite esteve acompanhado de Manoel, enquanto os outros irmãos Floriano e Anastácio se afazendaram em Valença e Conservatória, respectivamente. Em Pirai e Vassouras, o coronel investiu juntamente com o cunhado Francisco

52 PAIVA, Lucas Gesta Palmares Munhoz de. *Lembranças da saudade: estratégias para a manutenção de uma família cafeicultora*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

53 INVENTÁRIO do barão e da baronesa de Paty do Alferes. Vassouras: Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra, [18--?]. p. 205-209. O barão e a baronesa de Paty do Alferes possuíram três fazendas principais: Piedade, Freguesia e Monte Alegre, sendo a última sua residência oficial.

54 *Ibid.*, p. 42. Atribui-se ainda a José Rodrigues da Cruz, juntamente com Ignácio de Souza Werneck e o padre Manoel Gomes Leal, a fundação de Nossa Senhora da Glória de Valença, elevada, em 1823, à condição de Vila de Valença por D. Pedro I. Ainda segundo Saint-Hilaire, os índios coroados foram migrando para as florestas vizinhas de Rio Bonito, mas também muitos adoeceram e morreram

vítimas de doenças de pele, venéreas e varíola, adquiridas a partir do contato com o homem branco. (BRASIL, Gerson. *O ouro, o café e o Rio*. Rio de Janeiro: IHGB: Livraria Brasileira, 1970). De acordo com rumores recorrentes na cidade de Vassouras, um dos fundadores de Valença, um grande latifundiário, havia eliminado os índios, seus protegidos, dando-lhes cachaça envenenada. BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. *Relatório apresentado ao excelentíssimo vice-presidente da província do Rio de Janeiro...*, p. 35 apud STEIN, 1990, p. 11.

55 Segundo Riva Gorenstein, os Pereira de Almeida eram proprietários de navios que faziam a ligação entre o Rio de Janeiro e as demais cidades costeiras do Brasil, atuando no ramo de abastecimento e navegação de cabotagem. GORENSTEIN, Riva; MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993. p. 165. O Rio Inhomirim cortava a região do vale do Paraíba e, por ser navegável, era utilizado juntamente com outros rios da província fluminense, como Paraíba, Macaé, São João, Guandu, Magé-Assu, Macacu e Iguaçu, para o escoamento da produção para a capital até o advento das estradas de ferro. PIRES, 1984.

56 TAUNAY, Afonso de E. *Pequena História do café*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

José Teixeira (futuro barão de Itambé) e com os sobrinhos José Eugênio, Joaquim José e Francisco José Teixeira Leite (futuro barão de Vassouras) que lá fixaram residência, aumentando assim suas fortunas.

O capitão-mor. José de Souza Breves, natural dos Açores, obteve uma rápida ascensão política ao chegar ao Brasil. Através de conquista de cargos importantes, foi acumulando terras e poder numa área de fronteira agrícola aberta. A mando da coroa Portuguesa, ocupou os postos de: capitão e sargento-mor da Companhia do distrito de Pirahy, juiz Almotacel e capitão-mor da Vila de São João Marcos, sede do extinto município de São João do Príncipe. Em 1817, fundou juntamente com a família Moraes a freguesia de Sant'Ana do Pirai. Seus filhos José de Souza Breves e Joaquim José de Souza Breves multiplicaram a fortuna familiar tirando múltiplas vantagens do tráfico ilegal de africanos. O primeiro, também chamado “rei do café”, possuía um complexo de propriedades que iam de Mangaratiba, no litoral, onde ficavam os principais portos clandestinos para desembarque de escravos, até São João Marcos, no Vale, onde resplandecia a imponente fazenda São Joaquim da Grama.⁵⁷

A atual região serrana do estado passou grande parte do século XVIII com sua ocupação proibida pela Coroa portuguesa em virtude do controle que buscava implementar sobre o tráfico ilegal de metais e pedras preciosas nas Minas Gerais. Os únicos habitantes desta região eram os índios coroados e goitacases, que há muito ali viviam, e as ocupações clandestinas, sendo a principal comandada por Manoel Henrique, conhecido como “Mão de Luva”. Após 1786, com o degredo de “Mão de Luva”, a Coroa resolveu mudar de estratégia e facultou as terras de Cantagalo aos colonos que quisessem se estabelecer. Em 1818, foi a vez da migração suíça. Os recém chegados se instalaram na localidade denominada Morro Queimado, onde atualmente é Nova Friburgo, e cultivaram milho, feijão, cana e mandioca. Em 1809, foi a vez do inglês John Mawe que recebeu autorização de D. João para visitar as jazidas de diamantes de Minas Gerais e do interior. Na viagem, ele observou que a mineração se esgotara e que a atividade predominante no “arraial e distrito das Novas Minas de Cantagallo” era a agricultura.⁵⁸

57 LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O Império dos Souza Breves nos oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

58 MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil: principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Rio de Janeiro: Z. Valverde, 1944.

Durante a segunda década do século XIX, a cultura do café se intensificou na localidade que assumiu a condição de vila, em 9 de março de 1814, sob o título de “São Pedro de Cantagallo”. O crescimento da referida vila foi grande. Em 1820, já reunia três lojas de fazenda, mais de uma dezena de tabernas, uma estalagem e vinte e oito engenhos de açúcar, além de uma população de 1800 pessoas livres e, aproximadamente, 2.700 escravos. Na ocasião, a produção de café já girava em torno de 100 mil arrobas.⁵⁹ A alta produtividade da localidade foi reconhecida nos anos sessenta e assim se manteve nos anos oitenta do oitocentos, quando outras partes do vale já figuravam com queda na produção.

O principal personagem da região foi Antônio Clemente Pinto, primeiro barão de Nova Friburgo, imigrante português que enriquecera com o comércio de grosso e o tráfico de escravos. Em meados do século XIX, já era uma das maiores fortunas de todo o país, proprietário de duas dezenas de fazendas, nas regiões de Nova Friburgo, Cantagalo e São Fidélis, e imóveis urbanos, como os palacetes Nova Friburgo, (atual palácio do Catete) localizado na Corte, e do Gavião em Cantagalo. Nos anos de 1826, Antonio Clemente Pinto fechou sociedade com João Antonio de Moraes e sua esposa Basília. No negócio, o casal empenhou ao sócio as fazendas Santa Maria do Rio Grande e Macabu que correspondiam à metade do que possuíam. Em troca, João Antônio receberia 600 mil réis por ano por seu trabalho na administração das fazendas de café, além de uma retirada mensal do que fosse necessário para o sustento de sua família dos proventos da fazenda Santa Maria do Rio Grande. Em poucos anos, Antonio de Moraes já havia recuperado as propriedades empenhadas e adquirido outras, vindo a se tornar barão de Duas Barras, com um patrimônio superior a quatro mil contos de réis em 1872, certamente um dos mais significativos do Império.⁶⁰ Histórias como estas comprovam a alta lucratividade dos negócios cafeeiros durante o segundo reinado.

Os casos aqui citados não esgotam os exemplos das famílias que foram pioneiras na ocupação das terras do Vale do Paraíba fluminense e que conquistaram destaque político, econômico e social nas localidades onde constituíram fazendas. Além da primazia na ocupação de terras numa área de fronteira agrícola aberta, estas famílias tinham em comum um passado de migração portuguesa relativamente recente, além de serviços prestados à Coroa, o que

59 FERREIRA, 1977, p. 116.

60 FERREIRA, loc. cit. Ver também: MELNIXENCO, Vanessa Cristina. *Friburgo & Filhos: tradições do passado e invenções do futuro (1807-1914)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social). – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

facilitou a aquisição de terras, prestígio e a ocupação de cargos políticos e administrativos nas localidades onde se fixaram.⁶¹ Chama a atenção também o fato que muitas das fortunas constituídas no rastro do café possuíam um capital previamente acumulado em outros setores bastante rentáveis da economia, tais como a mineração, o comércio de grosso trato, empréstimo a juros e o tráfico de escravos. Em alguns casos, uma ou mais de uma atividade foram exercidas concomitantemente com o cultivo da lavoura para exportação, conforme explicitado nos exemplos acima. Fosse pelo recebimento de sesmarias, fosse pela posse de terras, a aquisição de vastas propriedades era facilitada àqueles (indivíduos ou famílias) que possuíam uma posição econômica e/ou social de destaque, reiterando a lógica social hierárquica vigente.⁶²

Desde tempos coloniais, a terra era um fator de produção que estava disponibilizado no mercado, pois, na maioria das vezes, a sesmaria podia ser alienada ou alugada por seus titulares. Desta forma, mesmo se tratando de uma apropriação política, concedida através de merecimento militar ou benefícios ao poder público, a sua transmissão ocorria através da venda, mesmo que de parte do terreno. Assim, a terra não se constituiu como um bem ilimitado e acessível a todos.⁶³ Pelo contrário, no Vale, essa tendência à concentração se acentuava ainda mais quando os grandes senhores de terras e escravos se tornavam fazendeiros-capitalistas, ou seja, emprestavam dinheiro a juros a outros fazendeiros, o que foi bastante comum durante todo o século

61 João Luís Fragoso, ao estudar a formação da primeira elite senhorial no Brasil, afirmou que, no século XVI, as pressões demográficas sobre Portugal e as crises de fomes recorrentes transformaram a região de Entre Douro e Minho numa área de migração, inicialmente para as ilhas Atlânticas e depois para a colônia portuguesa nas Américas. Esses migrantes seriam, principalmente, procedentes da pequena fidalguia ou da elite de alguma capitania pobre, que, ao aportarem no Rio de Janeiro, dariam origem às melhores famílias. Nos casos aqui abordados, mesmo se tratando de uma imigração bastante tardia, se comparada aos estudos de Fragoso, pode-se presumir que era uma gente com nobreza no passado, contudo com dificuldades de manter a fortuna condizente com seu status social, o que explicaria, inicialmente, suas transferências para o Brasil, na segunda metade do setecentos. Do outro lado do Atlântico, muitos desses portugueses não tiveram dificuldades de se integrarem às formas de comércio e atividades econômicas mais lucrativas bem como a prestação de serviços à Coroa, auxiliados por laços de parentesco, compadrio e solidariedade. FRAGOSO, João Luís. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João Luís; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

62 Como afirma Oliveira Viana, era costume dominante “concederem sesmarias, de preferência, a pessoas fidalgas, ou com posses bastantes para construir engenho, excluindo assim da propriedade da terra, as classes pobres ou desfavorecidas.” VIANA, Oliveira apud ANDRADE, Eloy. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Real Rio Gráfica, 1989. p. 29.

63 FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

XIX como bem demonstram seus inventários. A atividade usurária auxiliava no aumento de patrimônio dos grandes senhores, já que aqueles que pediam empréstimos, na maioria das vezes, hipotecavam suas fazendas e escravos na negociação. Assim, se os pagamentos fossem feitos regularmente, lucrava-se com os juros cobrados, caso contrário recebiam-se as propriedades, bens móveis e semoventes dos inadimplentes, dependendo do contrato.⁶⁴

A vasta extensão de terras e escravaria acumuladas por estes poucos fazendeiros os colocava no topo da classe senhorial. Estudos recentes relativizam o tamanho dos plantéis de escravos e demonstram que fazendeiros com mais de cem escravos eram considerados grandes proprietários e constituíam uma minoria numérica no vale do Paraíba. Contudo, mesmo sendo poucos, na região de Paraíba do Sul, por exemplo, estes homens controlavam de 45 e 84% do valor das fazendas entre 1830 e 1885. Para se ter uma ideia mais aprofundada, os oito patronos das famílias Werneck, Pereira Nunes, Andrade, Corrêa Tavares, Alves Barbosa, Moreira Castilho, Ribeiro Avellar e Barroso Pereira possuíam 56,4% das terras do mesmo município em 1879 e 21,5% da mão de obra cativa em 1872. Suas propriedades eram empresas completas, verdadeiros complexos cafeeiros, que possuíam não só a grande lavoura, mas também todos os mecanismos ligados ao beneficiamento do café (terreiro, tulha, ventiladores, despoldadores e outros tipos de maquinários especializados), os equipamentos acessórios à empresa (ferreiro, serraria, olaria, etc.), os animais para o abastecimento interno da fazenda e as bestas para transporte serra abaixo até o Rio de Janeiro. Muitos destes homens possuíam, ainda, sociedades nas casas de comissão da Corte e recebiam de outros fazendeiros menores (que não controlavam todas as etapas de produção, beneficiamento, transporte e venda) uma parte significativa dos lucros com a rubiácea por eles produzida. As possibilidades de negócio e enriquecimento destes indivíduos se ampliam ainda mais se for considerada sua inserção na família extensa, em que diferentes membros do grupo familiar possuíam terras, frotas de bestas, maquinários, casas comissárias, recursos e contatos na Corte.⁶⁵ Não foram poucas as famílias enraizadas no Vale que, como os Furquim Werneck, os Clemente Pinto e os Pereira de Almeida, mantiveram parentes, ou foram eles mesmos acionistas em casas comissárias, bancos e companhias de estrada de ferro.

64 FRAGOSO, 2001.

65 MUAZE, 2008.

Como se vê, a grande concentração de terras e de escravos foi uma característica do Vale do Paraíba no século XIX. No período de 1836 a 1850, quando houve a grande expansão da rubiácea, os grande e mega proprietários chegaram a possuir quase a metade dos escravos da região, conseguindo ampliar esta porcentagem para 72,2% entre 1851 e 1865.⁶⁶ Nesta configuração, também era comum aos mesmos possuírem mais de uma fazenda, formando verdadeiros complexos cafeeiros que se estendiam por diversas localidades e se complementavam em termos de mão de obra, equipamentos, bens imóveis e semoventes, como fica claro nas descrições dos inventários.

Ancoradas na herança acumulada previamente, em fortunas constituídas em outras áreas, no tamanho da propriedade, na antiguidade da ocupação de terras, nas heranças materiais e imateriais dos membros de suas famílias; esses senhores puderam exercer seu controle político e econômico por quase todo o século XIX. Muitos membros destas famílias da classe senhorial foram vereadores, deputados provinciais, juízes de paz, comandantes da guarda nacional e outros postos-chave diretamente ligados à política. A esses aspectos ainda se somavam as relações de compadrio, vínculos pessoais, favores, interesses eleitorais, arrendamento de terras e/ou instrumentos de trabalho, estabelecidas com os chamados “homens livres e pobres”, seus agregados. A influência destes senhores se estendeu não só aos arrendatários e sitiantes que se dedicavam à agricultura em suas terras e deles dependiam, mas também aos vendeiros, tropeiros e comerciantes de pequeno porte com negócios em suas localidades. Isso sem falar do comando exercido sobre seus plantéis de escravos que era garantido através do “monopólio da violência” sobre aqueles que não tinham o controle sobre a própria vida e liberdade.

Como vimos, a própria dinâmica de poder exercida por essas famílias as colocavam no papel de classe dirigente⁶⁷ com supremacia na política e na economia local. Suas forças extrapolavam os limites da família extensa e teciam uma verdadeira capilarização de influências e distribuição de favores

66 SALLES, 2008.

67 A noção de classe dirigente utilizada nesta pesquisa tem por parâmetro as reflexões de Ilmar Mattos, para quem o conceito de classe dirigente não se restringe à burocracia do Estado em seus diferentes níveis. Portanto, por classe dirigente entendem-se todos aqueles que aderiram aos princípios de ordem e civilização, envolvendo um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial – “senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos, entre outros – quanto os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além de professores, médicos, jornalistas, literatos e demais agentes não públicos”. MATTOS, I., 1990, p. 3-4.

que não se limitavam simplesmente às terras que possuíam e nem à região onde estavam estabelecidos, podendo chegar até a Corte.⁶⁸

A história da expansão do café pelas diversas regiões do Vale do Paraíba fluminense se confunde com a própria história da expansão da classe senhorial do Império em termos políticos, econômicos e sociais. Homens e mulheres que, através da exploração maciça da mão de obra escrava, da concentração da propriedade da terra, do estabelecimento de redes de sociabilidade e poder locais, além de suas relações com a Corte, conseguiram acumular riqueza, prestígio social e político fortalecendo, assim, o poder de suas famílias nas localidades em que viviam. No interior deste reduzido grupo, muitos foram os casos das fortunas que se expandiram no rastro do café. Como forma de ostentá-las e de gozar de um estilo de vida próprio à sua classe, muitas famílias ergueram imponentes casas de vivenda em suas terras agregando valor às imensas fazendas de seus complexos cafeeiros.

Buscando modelos de comportamento, ideais de civilização e hábitos de consumo próximos do europeu, a classe senhorial se legitimou enquanto grupo hegemônico ao mesmo tempo em que respaldou a política de centralização do Estado nacional baseada na aproximação com valores europeizados e na manutenção da ordem escravocrata.⁶⁹ Mas a estreita relação entre estas famílias e o estado Imperial não para por aí. Em se tratando dos grandes cafeicultores da bacia do Paraíba fluminense, é possível afirmar que sem uma política de estado permissiva com a ilegalidade do tráfico transatlântico de escravos (1831/1850) não teria sido possível a montagem do complexo produtivo que permitiu que o Brasil dominasse o mercado mundial de café durante praticamente todo o século XIX.⁷⁰

68 Sobre a relação de cafeicultores do Vale com importantes políticos da Corte, ver: MUAZE, 2008, cap. 1 e SALLES, Ricardo. As águas do Niágara, 1871: crise da escravidão e o caso saquarema. In: SALLES, Ricardo; GRIMBERG, Keila. *Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2010. v. III. Nesse artigo, o autor discute de forma bastante interessante o caso do marquês de Paraná, importante político e articulador saquarema que adquiriu a fazenda Lordello, na localidade de Sapucaia, em 1836, período da expansão cafeeira escravista na região, e que, na ocasião de seu falecimento, já possuía 189 escravos trabalhando.

69 MUAZE, op. cit.

70 As relações entre a política escravista do Estado imperial e a criação das condições para o arranque da produção do café brasileiro no mercado mundial são analisadas em: TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. Op. cit., p. 64. Os autores destacam também que sem um ambiente político que assegurasse juridicamente aqueles que adquirissem africanos escravizados ilegalmente, provavelmente, as condições para o estabelecimento da região como maior produtora mundial de café seriam outras e, conseqüentemente, os lucros obtidos pelo estado com a exportação do produto também.

Se numa perspectiva macro vislumbram-se as relações entre estado, classe senhorial, política escravista e montagem da estrutura produtiva no vale do Paraíba, reduzindo o foco de observação, é possível analisar a diversidade de sujeitos históricos que interagiam cotidianamente nos diferentes espaços das plantations cafeeiras. Senhores, escravos do eito, mucamas, pajens e toda sorte de cativos domésticos, feitores, homens livres e pobres, sinhazinhas, capitães do mato, condutores de tropas, crioulos, africanos - múltiplos agentes que, através de experiências distintas, mantinham uma dinâmica social e de trabalho baseada na hierarquia e nas relações desiguais. É parte desta história que contarei a seguir.

III

Deus e Nossa Senhora lhe darão alívios e tudo quanto deseja, minha boa mãe, pelo bem e alívio que me deu emprestando-me a sua grande escrava que, quando se comporta bem, não há dinheiro que pague.⁷¹

Há dias que me fugiu da Fazenda Manga Larga o preto Adão, oficial de ferreiro, e foi à casa de Sabino José Neves que mora cerca de uma légua [...] dessa vila. [...] Mandeí àquela fazenda o feitor João Henrique [...], mas o maldito negro não quis vir, por mais diligências que lhe fizeram, atirando-se no chão como um louco, e dizendo que cá não vem senão morto! Em tais circunstâncias recorro à autoridade de V. S. para que haja de prestar-me alguma força policial (cuja despesa pagarei) para que o obriguem a vir e, até mesmo, se for possível usar de forte correção corporal, para que ele não prossiga em sua persistência e teima que é decerto um péssimo exemplo para outra escravatura.⁷²

As relações sociais e de poder que se configuravam no universo das fazendas de café do Vale do Paraíba fluminense, por mais diferentes que fossem suas localidades, obedeciam à lógica excludente e hierárquica do Império. Como forma de domínio, o paternalismo vigiava e instituiu uma “política de favores” constituída através de uma vasta rede de distribuição de benefícios e geração de dependências, que só reconhecia as relações sociais na sua verticalidade. Nesta ideologia de sustentação do poder senhorial, o lugar social que os sujeitos ocupavam dependia de suas relações pessoais e “não existia fora das formas instituídas – formalmente, mas também pelo

71 Grifo meu. Carta manuscrita de Mariana Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis, 13 de novembro de 1862. Coleção particular Roberto Meneses de Moraes.

72 Grifos meus. WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerdan - Barão do Paty. [Carta ao senhor delegado de polícia do termo da Paraíba, s.d.] apud SILVA, Eduardo. Barões e escravidão: três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista, p. 156.

costume – de hierarquia, autoridade e dependência”.⁷³ Tal lógica de dominação permeava a sociedade imperial em todos os seus estratos sociais e tinha nas plantations escravistas um lócus privilegiado de experiência.

Nos grandes complexos cafeeiros, muitos formados por mais de uma propriedade rural, senhores, escravos e os mais diversos tipos de homens livres e pobres que ali residiam, transitavam e trabalhavam, pautavam suas relações pessoais pela diferença e pelo ato de apartar-se daqueles que não eram seus pares na configuração social vigente. Assim, as fronteiras intra- e extra-grupo eram qualificadas e requalificadas a todo momento. Como resultado, os espaços de circulação, formas de trabalho, educação, alimentação, sociabilidade, vestimenta, acesso à terra e formação familiar a que estes grupos sociais estavam autorizados eram fortemente demarcados. Contudo, se na lógica paternalista tais espaços de fronteira estavam consolidados, na prática cotidiana as expressões de resistência e de não aceitação das regras de dominação se faziam valer através de experiências diárias, como as que aparecem grifadas nas afirmações da viscondessa do Arcozelo e o barão de Paty do Alferes citadas acima.⁷⁴

Os proprietários eram o grupo social que mais se diferenciava internamente, considerando o tamanho das propriedades, escravaria e composição das redes políticas locais e nacionais tecidas. No que compete ao Vale do Paraíba, já ficou demonstrado que esta hierarquização interna se adensou com o fim do tráfico em 1850, quando alguns poucos fazendeiros adquiriram terras e escravos de um sem fim de pequenos proprietários locais que tiveram dificuldades financeiras para manter seus plantéis. Além destes elementos, a partir da segunda metade do século XIX, valores tais como educação, instrução, etiqueta, refinamento e novas práticas de consumo, passaram constituir o novo *habitus* social da classe senhorial, tornando-se também um campo privilegiado para disputas intra-classe por representação e prestígio.⁷⁵

73 CHALHOUB, Sidney. Diálogos políticos em Machado de Assis. In: CHALHOUB, S; PEREIRA, L. *A História contada: capítulos de História social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 96. O paternalismo, como qualquer outra política de domínio, possuía uma tecnologia própria, pertinente ao poder exercido em seu nome: rituais de afirmação, práticas de dissimulação, estratégias de estigmatização de adversários sociais e políticos, eufemismos e, obviamente, um vocabulário sofisticado para sustentar e expressar todas essas atividades.

74 JOHNSON, Walter. On agency. *Journal of Social History*, Oxford: Oxford University Press, v. 37, n. 1, Fall 2003. Do mesmo autor, o artigo: Agency: a ghost story. In: FOLLETT, R; FONER, E; JOHNSON, W. *Slavery's ghost: the problem of freedom in the age of emancipation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011.

75 MUAZE, 2008.

Nas muitas fazendas do Vale, essa lógica se traduziu na construção de novas sedes mais sofisticadas, na maioria em estilo neoclássico, com jardins contendo palmeiras imperiais como símbolo do poder e riqueza de seus proprietários.⁷⁶ Paralelamente, houve ainda o investimento da classe senhorial na compra de móveis, louças, viagens, indumentárias, joias, além do aumento e especialização da escravaria doméstica. Todos os esforços eram reunidos no sentido de representar a riqueza que essas famílias foram capazes de acumular. Tal preocupação fomentava a disputa por representação entre os membros da classe senhorial onde o *ser* se igualava, cada vez mais, ao *parecer*, e fomentava a hierarquia interna.

A análise dos objetos e bens listados nos inventários de grandes proprietários do início e de meados do Oitocentos são fontes importantes para se perceber a valorização do luxo no interior da residência, bem como nas formas de viver e conviver no ambiente privado. Não são raros os inventários onde aparecem listadas as sedes da “fazenda velha” e da nova erguida com padrões de consumo bem mais sofisticadas. Eduardo Schnoor fez esse estudo para as fazendas Pinheiro e Rio Manso, pertencentes à família Aguiar Vallin e localizadas em Bananal, principal cidade do lado paulista do Vale produtora de café no século XIX. Comparando diferentes inventários desta família, ele demonstrou que, ao longo do século XIX, a rusticidade e os padrões de organização do espaço marcadamente coloniais, que valorizavam somente os lugares e instrumentos de produção da fazenda, se transformaram. Neste processo, a fazenda não será mais vista somente como um local de trabalho, mas também de moradia e representação. Seu senhor passava de simples agricultor escravista para membro da base social do novo Império.⁷⁷

O investimento em luxo nas novas sedes das fazendas e as múltiplas funções dos complexos cafeeiros foram alvo de comentário de muitos viajantes que por ali passaram ou fizeram pouso. Em sua estada em uma das propriedades do comendador José de Souza Breves, o viajante português, posteriormente naturalizado brasileiro, Augusto Zaluar comentou: “a fazenda do Pinheiro, não é uma habitação vulgar da roça; é um palácio elegante, e seria

mesmo um suntuoso edifício em qualquer grande cidade”⁷⁸ Zaluar se encantara não somente com a construção, mas com todo o seu entorno:

A propriedade do Sr. Comendador José de Souza Breves é pois, como já disse, uma das maiores e das mais ricas da Província do Rio de Janeiro. A grande extensão dos terrenos e a fertilidade deles, as vastíssimas plantações de café que cobrem um largo espaço de elevados morros, o número prodigioso de cativos consagrados aos trabalhos agrícolas, os grandes auxiliares de que dispõe o proprietário, já como abastado capitalista, já como homem de bom senso e praticamente conhecedor da nossa lavoura, conferem a este estabelecimento as honras de primeira grandeza.⁷⁹

Na visão de Zaluar, o complexo cafeeiro do comendador Breves merecia destaque, pois elencava características importantes para uma fazenda “de primeira grandeza”: fertilidade dos campos, tamanho dos cafezais já existentes e grandes extensões de mata virgem, esta última vista como um fator importante para garantir o investimento empregado já que a cultura do café, da forma como era praticada no Brasil oitocentista, constantemente necessitava da derrubada de mata virgem para novo plantio. Além disso, o elevado número de escravos e trabalhadores livres – estes últimos denominados “auxiliares” – garantiram a José de Souza Breves e a outros grandes cafeicultores do Vale a posição de “abastados capitalistas”, como se dizia à época.

A disposição interna da casa de vivenda e os eventos sociais lá ocorridos também receberam atenção não só de Zaluar, mas também do casal Agassiz, que lá esteve:

Um delicioso jardim se desdobra com um tapete de flores pelo pendor da colina sobre que está assentada esta suntuosa habitação, e dá-lhe um novo realce. Duas escadas laterais de mármore levam a uma espaçosa varanda, para onde deita a porta do salão de espera, que é uma vasta quadra cujas paredes

76 D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. Uma *promenade* nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras-imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 14, n. 2, jul.-dez. 2006.

77 SCHNOOR, Eduardo. Das casas de morada à casa de vivenda. In: CASTRO, Hebe M. M. de; SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

78 ZALUAR, Augusto Emilio. *Peregrinações pela província de São Paulo (1860-1861)*. São Paulo: Itatiaia: EdUSP, 1975. A fazenda do Pinheiro, localizada em São João Batista do Arrozal, próximo de Pirai, foi herdada pelo comendador José de Souza Breves de seu finado sogro, barão de Pirahy, e ampliada ao longo dos anos. Este complexo cafeeiro teve grande importância no século XIX e, na década de 1860, sua produção correspondeu a cerca de 20% de todo café produzido em Pirai. Enquanto a média anual ficava em torno de quinhentos e vinte mil arrobas de café, a fazenda do Pinheiro contribuía com noventa mil arrobas e a fazenda Barra Mansa, outra propriedade do comendador, com mais dez mil. Na região de Pirai, estes números eram superados somente pelo irmão do comendador Joaquim José de Souza Breves, que além de noventa mil arrobas colhidas em Pirai, ainda contava com outras cem mil arrobas provenientes de fazendas em Resende, São João do Príncipe e nas freguesias de São João Marcos, Passa Três, São Vicente Ferrer e São Sebastião. Sobre os irmãos Breves, consultar: LOURENÇO, 2010.

79 ZALUAR, op. cit.

estão adornadas pelos primorosos retratos de Sua Majestade o Imperador e Sua Majestade a Imperatriz, devidos ao hábil pincel de Cromoelston. [...] A sala nobre é uma peça soberba. Grandes espelhos de Veneza, ricos candela-bros de prata, lustres de cristal, mobília, tudo disputa a primazia ao que deste gênero se vê de mais ostentoso na própria capital do Império”.⁸⁰

À noite, quando depois do jantar tomávamos o café na varanda, uma orquestra composta de escravos pertencentes à fazenda nos proporcionou boa música. A paixão dos negros por essa arte é um fato observado em toda parte; esforçam-se muito para aprendê-la, aqui, e o Sr. Breves mantém em sua casa um professor a quem os alunos fazem honra na verdade. No fim da noite, os músicos foram introduzidos nas salas e tivemos um espetáculo de dança, dado por negrinhos que eram dos mais cômicos. Como uns diabretes, dançavam com tal rapidez de movimentos, com tal animação de vida e alegria espontânea que era impossível não os acompanhar.⁸¹

A sede da fazenda é ressaltada como espaço de moradia e representação. Zaluar destacou vários elementos de composição do espaço da casa e de seu interior que lhe atribuíam o título de requintada residência, tais como: jardim bem cuidado; o uso de materiais nobres como o mármore e espelhos; a disposição de objetos e mobílias luxuosos. Contudo, o casal Agassiz preferiu valorizar a preocupação do anfitrião em manter *habitus* civilizados, como a apreciação da música clássica europeia. Contudo, chamou-lhes a atenção o fato das canções serem executadas por uma banda de música formada por escravos.⁸² Para nossos viajantes suíços, a escravidão continha um lado civilizatório para os negros. Ao senhor, cabia o mérito de custear um professor para ensinar música a seus escravos músicos. Na descrição de Agassiz, a música clássica europeia, considerada como civilizada, contrastava com as danças e lundus das crianças escravas tidas como exóticas e o pitorescas. Tal contraste pode ser percebido na denominação utilizada. Enquanto os primeiros escravos eram descritos como “músicos”, os outros eram denominados de “negrinhos” e “diabretes”, qualificações

80 Ibid.

81 AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 107.

82 Os escravos Benjamim, Bruno, Domingos, Elias, Emiliano, Fabiano, Roque, Valeriano eram alguns dos cativos que formavam a banda de música da fazenda do Pinheiro. “Estavam entre os 385 escravos avaliados no espólio da fazenda no início da década de 1880 e conformavam o rol dos cativos mais valiosos do Comendador, cerca de 700 mil réis cada um, só se igualando a outros escravos profissionais. Interessantemente todos eles eram pretos crioulos, com exceção de Domingos, avaliado como pardo. Aliás, quase todos eram crias da fazenda, já que somente Benjamim teria vindo de outra propriedade.” Ver: LOURENÇO, 2010, p. 108-109.

que não se distanciavam muito daquelas compartilhadas pela maioria dos membros da classe senhorial do Império à época.

Os estrangeiros descrevem ainda que as grandes propriedades contavam com farmácia, hospital, cozinhas para os hóspedes, cozinha para os negros, capelas, pomar, roça, vasto cafezal, estradas e toda a infraestrutura para beneficiamento do café. Tudo funcionando na mais perfeita ordem. Nestas narrativas, a vida nos grandes complexos cafeeiros aparece esvaziada de violência e conflito. A escravidão era “mimetizada” na grandiosidade estrutural das plantations. Em termos de organização e gerenciamento dos negócios, a narrativa instituída valorizava a modernidade e o empreendimento de grande sucesso. Portanto, as falas dos viajantes aqui apresentados estava em sintonia com o discurso senhorial escravista, sendo possível a convivência entre modernidade, liberalismo e escravidão.⁸³

A visão da fazenda de café como um lugar moderno variava de acordo com a magnitude do complexo cafeeiro encontrado e o prestígio de seus donos. Como relatam Elizabeth e Luiz Agassiz:

[...] penetramos na zona das mais ricas plantações de café. [...] Próximo à última estação, há uma grande exploração rural ou fazenda, que produz, segundo nos disseram, cinco a seis mil quintais de café nos bons anos. Essas fazendas são edifícios de aspecto singular, baixos (comumente de um só andar) e muito compridos; as maiores cobrem uma área considerável. Como se acham inteiramente isoladas e afastadas das demais habitações, os que nelas moram têm que fazer provisão de tudo o que é preciso para as suas necessidades. Isto conserva nos proprietários costumes inteiramente primitivos.⁸⁴

Para o casal suíço, um dos aspectos que explicaria o “primitivismo de costumes”, não obstante o potencial da propriedade em número de cafeeiros plantados, era o isolamento em que a fazenda se encontrava. Contudo, a descrição de Zaluar para a fazenda Ribeirão Frio supervalorizava sua organização espacial e eficiência produtiva:

[...] assentada no meio de uma vasta planície, circundada por um horizonte de montanhas cujo recorte se desenha com facilidade, a casa espaçosa e branca avulta dentro de um terreiro de trezentas e onze braças de circunferência! É o maior que tenho visto. Esta imensa praça é fechada em torno pelas senzalas,

83 MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. Ver também: MUAZE, Mariana. A escravidão no Vale do Paraíba pelas lentes do fotógrafo Marc Ferrez. In: BASTOS, Lúcia; CARVALHO, José Murilo. *Dimensões e Fronteiras do Estado Brasileiro no século Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

84 Grifo meu. AGASSIZ, L.; AGASSIZ, E., 2000.

engenho e mais oficinas, de modo que forma uma larga cidadela para onde se entra por dois grandes portões laterais. As senzalas, caiadas todas e construídas uniformemente, destacam-se, bem como a casa, do verde graduado das florestas, e dão a esta propriedade um aspecto novo e agradável. [...] Uma propriedade rural montada no pé em que se acha, o Ribeirão Frio é mais do que um prédio de simples vivenda; é uma cidade em ponto pequeno, onde se cultivam muitos ramos de indústria e se põem em movimento todas as graduações do trabalho.⁸⁵

A casa de vivenda da fazenda figura, na narrativa acima, não só como moradia dos senhores, mas também como uma empresa agrícola, local da gerência dos negócios e da produção. Sua disposição espacial no centro era vista como fundamental para que a fazenda mantivesse uma organização do trabalho diversificada, em larga escala, com altos índices de produtividade, comparável com uma “pequena cidade”, espaço do progresso e do desenvolvimento. As “pequenas cidades” (complexos cafeeiros) eram, portanto, aquelas com produção e exploração do trabalho em larga escala que atendiam ao mercado mundial de café em franca expansão.

A fazenda como empresa agrícola, onde tudo é organizado em função do trabalho e da produção, não era uma mera impressão dos viajantes que percorriam o Vale. Os grandes cafeicultores pensavam o conjunto de suas propriedades de forma a articularem suas produções e controlarem o tempo daqueles que lá moravam e trabalhavam. No documento “Instruções gerais para a administração das fazendas”, que vigorou na fazenda Areias e em outras propriedades do barão de Nova Friburgo e do conde de São Clemente, por exemplo, o tempo de todos os habitantes era regulado em função do trabalho executado.⁸⁶ O administrador “é responsável pelo emprego do tempo”, afirmava o documento. Um suceder de dias e noites eram pontuados pelos sinos que batiam uma hora antes do sol nascer e badalavam em vários outros momentos da longa jornada a que os escravos eram submeti-

dos. Tudo era contado e controlado: horário, quantidade de refeições, roupa, colheita e preparação do café, orações matinais, dias e formas de descanso, etc. Contudo, o tempo passava de forma diversa para os diferentes sujeitos sociais que habitavam e trabalhavam nas plantations do Vale.⁸⁷

Para os proprietários, a administração da produção cafeeira era sinônimo de preservação da riqueza, do patrimônio e de sua continuidade enquanto membros da classe senhorial. Para os homens livres, as possibilidades e formas de trabalho eram múltiplas e diferenciadas nos complexos cafeeiros: feitores, médicos, jornaleiros, pequenos comerciantes, arrendatários, arreadores,⁸⁸ dentre outros. Para os escravos do eito, eram mais de 16 horas de atividades diárias, um tempo de trabalho que se esgarçava, parecia não passar, e só era amenizado pelos descansos aos domingos e dias santos. Uma rotina exaustiva e extenuante em meio à violência e formas de controle incessantes.

Não obstante estejamos tratando aqui dos complexos cafeeiros pertencentes à grande e mega cafeicultores, estes não eram a maioria numérica dos lavradores do Vale; pelo contrário. Nas fazendas menores, os atributos de trabalho e produção falavam mais alto e a preocupação com elementos de representação não estavam na ordem do dia. As sedes eram simples e se diferenciavam da arquitetura das novas casas de vivenda que buscava demonstrar a opulência e o requinte dos senhores residentes. Contudo, não importando os símbolos de poder e prestígio empregados, a escravidão marcava o cotidiano de ambos os tipos de propriedades e ritmava os longos dias de trabalho passados na lavoura. A escravidão era não só o cenário

87 A percepção de fazenda cafeeira como empresa organizada e produtiva também aparece em outros documentos para além das narrativas dos viajantes. Como exemplo, podemos citar os livros de conta ou cadernos de assento das fazendas Taquara e Pau Grande. Em ambas encontramos anotações minuciosas da safra de café vendida, empréstimo de dinheiro a juros, pagamento de dívidas, compra de produtos de subsistência, serviços médicos para os escravos, compra de material, dentre outros gastos, que demonstram o envolvimento de um grande número de pessoas e principalmente do proprietário, na administração da fazenda. Mas não era só isso. As fazendas aparecem como grandes empresas com interdependência entre contabilidades e índices de produção. Outro documento que também corrobora esta ideia é o diário da viscondessa do Arcozelo, filha dos barões de Paty do Alferes, escrito em 1887. Nele, a escrita ligeira e pontual de Maria Isabel, não deixava de demonstrar que a produção do café era uma preocupação de toda a família, inclusive das mulheres, mesmo não estando diretamente ligadas ao trabalho no eito. Portanto, todos aqueles que viviam na fazenda cafeeira compartilhavam uma percepção do tempo marcada pelo trabalho. Sem negar as diferenças brutais que separavam escravos e senhores na sociedade imperial, todos aqueles que integravam os “mundos da fazenda” vivenciavam o tempo a partir de um ponto em comum: a produção do café.

88 As tropas de mulas que transportavam o café eram conduzidas pelos arreadores, encarregados da direção dos escravos tropeiros (20% da força masculina da fazenda), cuja responsabilidade era a entrega segura da mercadoria no armazém do comissário no Rio de Janeiro. Geralmente, para isso, eram contratados imigrantes portugueses.

85 Grifo meu. ZALUAR, 1975, p. 29. Augusto Zaluar chegou ao Brasil na década de cinquenta, se estabeleceu na Corte, trabalhou como jornalista no *Correio Mercantil* e no *Diário do Rio de Janeiro*.

86 Em 1828, o Brasil atinge a marca de maior exportador de café do mundo e a região do Vale irá receber um grande fluxo de escravos africanos quase que diariamente. O diplomata Johann Jakob von Tschudi registrou no livro de contas de Cantagalo o índice de 3.800 pés de café por escravo e o barão de Nova Friburgo, Antonio Clemente Pinto, operava com 5 a 6.000 pés em suas propriedades. A região do Vale do Paraíba passava a ser uma peça chave no mercado mundial de produção, distribuição e consumo de café em massa. INSTRUÇÕES Gerais para a Administração das Fazendas. Boa sorte, 1870. In: AGUILLAR, Nelson (Org) *Negro de corpo e alma: mostra do redescobrimto*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo: Associação Brasil 500 anos artes visuais, 2000, p. 108, 110.

vislumbrado, mas a base da expansão social, econômica e política da classe senhorial do vale do Paraíba.⁸⁹

Em Monte Alegre, Arcozelo, Guaribu, Paraíso, Ubá, Piedade, Pau Grande, Ribeirão Frio, Areias, Pinheiro, Taquara, São Joaquim da Grama, São Luís da Boa Sorte, Cachoeira Grande, Forquilha, Resgate e em outras várias fazendas e sítios do Vale cafeeiro, a lida diária se repetia. Antes de o sol nascer, os cozinheiros eram os primeiros a se levantarem para preparar a primeira refeição composta de café, melão e fubá cozido. Em seguida, um feitor ou capataz tocava o sino para acordar os escravos que se lavavam em um tanque de água, pegavam os instrumentos de trabalho e iam para fora da senzala aguardar a reza matinal. Após a oração, o administrador da fazenda contava os escravos, dividia-os em turmas com seus respectivos feitores e capatazes responsáveis. Neste momento, o administrador determinava “a cada feitor o serviço que deve fazer, e entregava o necessário mantimento que de véspera devia estar preparado, mandando seguir, levando cada feito diante de si todos os escravos de seu terno”.⁹⁰

Nas grandes fazendas, a maioria dos cativos ia para a lavoura de café, mas também havia aqueles que permaneciam na fazenda ou por estarem incapacitados, com algum problema de saúde, ou porque eram incumbidos dos serviços domésticos, ou outras atividades especializadas. No caso dos escravos enfermos, Flávio Gomes demonstra que a sociedade vassourense do século XIX entendia que “o senhor não era só aquele a quem deveria ser destinado o produto do trabalho, mas também aquele que deveria prover seus escravos de alimento, roupas, moradias, tratá-los nas enfermidades e castigá-los quando necessário”.⁹¹ Em seu testamento, o barão de Paty do Alferes demonstrava que a saúde de seus escravos o preocupava não só por obrigação moral, mas também por medo de perdas financeiras já que a morte de uma “peça” significava prejuízo para seus donos: “Os escravos ficavam sujeitos a infecções respiratórias, nos lugares onde descascavam e peneiravam o café, exposto ao sol por meio de pilões e peneiras produziam pó muito fino prejudicial à saúde dos escravos afetando-lhes particularmente os pulmões”.⁹² Já

89 STEIN, 1990.

90 INSTRUÇÕES Gerais para a Administração das Fazendas, p.108, 110.

91 GOMES, 2006.

92 INVENTÁRIO de 1862, falecido barão do Pati do Alferes; fazendas Monte alegre, Manga Larga, Piedade, Sant’Ana, Palmeiras, Monte Líbano, Conceição. Vassouras: Cartório do 1º Ofício de Vassouras apud PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. A fazenda do barão de Pati do Alferes: fazenda Piedade. RIHGB, Rio de Janeiro: IHGB, n. 327, p. 120, abr.-jun. 1980.

para o barão de Nova Friburgo e o conde de São Clemente, a doença devia ser curada o mais rápido possível para não prejudicar a produção:

examinar com muitíssima atenção os pretos que tiverem dado parte de doentes, e os que já estão no hospital. [...] Convencendo-se que o enfermeiro tenha fielmente administrado aos doentes o que o doutor tiver prescrito, ou quando a boa razão e experiência indicarem moléstias leves, mandem imediatamente chamar o acultativo nas que não se conhecerem ou apresentarem aspecto grave.⁹³

Além dos enfermos, permaneciam na fazenda escravos com funções especializadas no espaço doméstico ou fora dele. O *habitus* civilizado vigente na classe senhorial oitocentista exigia, cada vez mais, um requinte dos modos de comportamento como elemento de diferenciação interno. No ambiente das casas de vivenda, percebe-se pelos inventários e anúncios de jornal, uma maior especialização dos serviços domésticos. Cozinheiras, engomadeiras, doceira, lavadeiras, costureiras, amas de leite, pajens, *vallet de chambre*, mucamas, copeiro, cocheiro, passaram a ser funções específicas, com exigências distintas para as tarefas executadas. No caso dos serviços especializados mais ligados à produção da fazenda propriamente dita, contava-se com: alfaiate, candeeiro, carpinteiro, carreiro, pedreiro, sapa-teiro, despenseiro, tanoeiro, enfermeiro, tropeiro, falqueador (derrubada de matas), ferreiro, formigueiro (extermínio de pragas), e demais atividades relacionadas às demandas por maior produtividade e profissionalização impulsionadas pelo crescimento do mercado externo do café durante o século XIX.

De uma maneira ou de outra, estudos comprovam que os cativos com funções especializadas tinham mais probabilidade de conquistarem benefícios, acumularem pecúlio e até adquirirem a tão sonhada alforria, do que seus colegas cativos do eito.⁹⁴ Todavia, é bom lembrar que a proximidade com a família senhorial tanto abria chances para uma possível mobilidade espacial, troca de favores e aquisição de benefícios, quanto expunha a enorme fragilidade da condição de cativo, caso este fizesse algo que diretamente desagradava aos senhores.⁹⁵

93 INSTRUÇÕES Gerais para a Administração das Fazendas, p. 108, 110.

94 SLENES, Robert. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, L. F (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 (História da Vida Privada no Brasil, v. 2).

95 A fragilidade das relações instituídas no contexto da escravidão doméstica nos EUA é narrado por: FOX-GENOVESE, Elizabeth. *Within the plantation household: black & white women of the old south*.

Para a maioria que permanecia trabalhando no eito, eram realizadas mais 4 refeições, sempre entremeadas com o trabalho duro, durante o qual muitos cativos cantavam o jongo para passar o tempo.⁹⁶ O almoço era servido às 10:00 horas composto de angu, um pouco de feijão temperado com toucinho e gordura de porco. Em alguns casos, a refeição ainda podia conter outros ingredientes como abóbora, batata doce e farinha de mandioca. Esta breve pausa de mais ou menos uma hora também era aproveitada pelas escravas para amamentarem seus bebês antes de voltarem ao trabalho. Aproximadamente às 13:00 horas, recebiam café acompanhado do resto do angu do almoço e o jantar ocorria por volta das 16:00 horas. O trabalho prosseguia até o anoitecer, quando os capatazes chamavam os escravos para a nova contagem, seguida pelas atividades noturnas, tais como: secagem do café nos meses de inverno, moagem do milho para fazer fubá, confecção da farinha de mandioca, preparação do café para consumo, corte de lenha, transporte de água, etc. Ao voltar para a senzala, recebiam uma ceia e iam dormir.⁹⁷

Sobre a noite nas senzalas, o viajante suíço Johann Jakob von Tschudi descreveu:⁹⁸

Cada negro possui de 3 a 4 cobertores que usa também como colchão, se não prefere utilizar-se da esteira. Um pequeno travesseiro completa a cama primitiva. [...] As senzalas ficam abertas até às 10 horas da noite, havendo até lá, um convívio misto nas mesmas. A um sinal dado por uma campainha, os homens e as mulheres se retiram, cada qual para sua habitação, e o guarda as fecha a chave, abrindo-as na manhã seguinte, uma hora antes de iniciar-se a tarefa diária. As crianças menores dormem com as mães, as maiores possuem suas tarimbas individuais, dormindo em geral duas crianças em cada uma. Os negros casados vivem em recintos menores, devidamente separados.

A dura rotina aqui descrita só era quebrada em casos de alguma intemperie ou problema na administração da fazenda, exceto nos sábados após a

labuta, quando geralmente era permitido que os escravos dançassem e cantassem ao ar livre, e nos domingos, dia do descanso semanal e da distribuição de tabaco e roupas limpas aos cativos. Nestes recessos, muitos senhores permitiam que seus escravos cultivassem roças próprias, como era o caso de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck:

O fazendeiro deve, o mais próximo que for possível, reservar um bocado de terra onde os pretos façam as suas roças; plantem o seu café, o seu milho, feijão, banana, batata, cará, aipim, cana etc. Não se deve porém consentir que a sua colheita seja vendida a outrem, e sim a seu senhor, que deve fielmente pagá-lo por um preço razoável, isto para evitar extravios e súcias de taberna. Este dinheiro serve-lhe para o seu tabaco, para comprar sua comida de regalo, sua roupa fina, de sua mulher se é casado, e de seus filhos. Deve, porém proibir-se-lhe severamente a embriaguez pondo-os de tronco até lhes passar a bebedeira. [...] Estas suas roças, e o produto que delas tiram, faz-lhe adquirir certo amor ao país, distraí-los um pouco da escravidão, e entreter com esse pequeno direito de propriedade. [...] O extremo aperreamento desseca-lhes o coração, endurece-os e inclina-os para o mal. O senhor deve ser severo, justiceiro e humano.⁹⁹

Tanto a chamada brecha camponesa, quanto a permissão oficial para a constituição de famílias no cativo faziam parte de uma política senhorial de domínio e tratamento dos escravos que articuladas buscavam manter a “paz nas senzalas”.¹⁰⁰ Na fazenda Pinheiro, por exemplo, 1/3 dos cativos possuíam uniões estáveis, totalizando 48 famílias, sendo a metade formada de casais com filhos, o que também garantia a reprodução da escravaria.¹⁰¹ Já a permissão para o cultivo de pequenas porções de terra além da função ideológica de controle social também dirimia os custos da manutenção desta mão de obra. Sobre este aspecto em particular, Flávio Gomes afirma que:

[...] em vez de dar rações diárias aos cativos, alguns fazendeiros os dispensavam por um ou dois dias na semana para que cultivassem suas roças, de onde tiravam produtos para a alimentação. Quanto aos escravos, o direito de utilização de tempo para cultivar suas roças era visto como conquista. [...] Por meio destas práticas, os cativos desenvolveram uma economia própria, comerciando com taberneiros e cativos de fazendas próximas.¹⁰²

Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1988; GLYMPH, Travolia. *Out of house of bondage: the transformation of the plantation household*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

96 LARA, Sílvia Hunold; PACHECO, Gustavo. *Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley Stein – Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: Cecult, 2007. Sobre o assunto, assistir também ao vídeo *Jongos, calangos e folias: música negra, memória e poesia* (2007) realizado pelas professoras Hebe Mattos e Martha Abreu.

97 SLENES, OP. CIT, 1997.

98 VON TSCHUDI, Johann Jakob. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 56.

99 WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: Senado Federal, 1985. p. 63.

100 FIORENTINO, Manolo; GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico – Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

101 LOURENÇO, 2010, p. 64.

102 GOMES, 2006, p. 202.

Segundo o historiador Rafael Marquese tais concessões faziam parte da “política do bom tratamento do escravo”, descrita pelo marquês de Abrantes em seu livro, e composta de: fornecimento de alimentos, roupas e moradia adequados aos cativos; permissão para que amealhassem alguma propriedade como forma de inspirar no cativo o desejo do trabalho; incentivo a formação de famílias; cuidado com as crianças escravas e diminuição da carga de trabalho das grávidas e mães com crianças pequenas; algum tempo livre para lazer e descanso; tratamento dos enfermos; punições corporais justas e bem aplicadas.¹⁰³

Como se vê, eram variadas as táticas que compunham a política senhorial de domínio. O barão de Paty do Alferes, certa vez, prometeu “prêmios” de 40 réis de gratificação para cada escravo que cumprisse a tarefa de coletar cinco alqueires de café. No entanto, explicava ele: “com este engodo que era facilmente observado, consegui que apanhassem sete alqueires, que ficou depois estabelecido como regra geral”.¹⁰⁴ Para o barão, a quebra do acordo era justificada pelo fato dos escravos não estarem rendendo o máximo da sua capacidade de trabalho. Portanto, a vigilância deveria ser constante e realizada durante o trabalho para que os escravos não lesassem seus senhores em sua produção, seja prejudicando o cafeeiro durante a coleta ou em qualquer outra fase da produção, seja produzindo menos do que sua capacidade de trabalho, ou até roubando sacas de café, outros produtos ou ferramentas de trabalho. Este foi o caso do escravo Manoel, pertencente a Augusto Soares de Souza, que foi flagrado vendendo uma saca de café roubada para um taberneiro na paróquia de Ferreiros.¹⁰⁵

Em resumo, pode-se dizer que a política senhorial de domínio implementada possuía dois lados, mesmo que com potenciais desiguais de luta. Enquanto os senhores buscavam a “paz das senzalas” através de diversos recursos, entre eles a distribuição de pequenos benefícios e de posse do monopólio da violência,¹⁰⁶ aos escravos cabia a negociação por dentro do sistema instituído. A convivência cotidiana entre livres e cativos fundava espaços ambíguos em que o diálogo – mesmo que entre desiguais – era passível

103 MARQUESE, 2004, p. 268-269.

104 WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro, sua administração e épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc, etc. 1. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1847. p. 21 apud. SILVA, E.; REIS, J. J. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 28.

105 Caso estudado por SLENES, 1997, p. 209.

106 Sobre o monopólio da violência como elemento de poder na sociedade imperial, ver: MATTOS, I., 1990.

de acontecer. Jogando no território do possível sem se contrapor diretamente à lógica vigente, os escravos mapeavam estratégias de subordinação que lhes permitiam pequenas conquistas: constituição de família, terras para plantio, descansos em domingos e dias santos, compra da liberdade, alforria, etc. Várias foram as estratégias de subordinação dos escravos domésticos e do eito para ganhar a confiança de seus senhores e feitores. No meio de uma vida tão precária, pequenos benefícios podiam significar muito e aliviar um pouco as agruras do cativo.¹⁰⁷ Em seu diário, a viscondessa do Arcozelo enumera algumas destas grandes e pequenas conquistas às vésperas da abolição:

Os pretos de casa cantarão os Reis. (6 de janeiro de 1887, dia de Reis)

Os escravos farão festa. (23 de junho de 1887, dia de São João)

Chico acabou de fazer a matrícula. Ficarão livres das três fazendas 37 escravos.

MONTE ALEGRE: Ventura, Miguel, Mathias, Domingos Carreiro, Caetano, Dionísio, Jachinto, Custodio Cabinda, Laureano, Polycarpo, Eufrazia, Carolina, Anacleto, Luiza, Maria Conga.

PIEDADE: Madalena, Eugenia, Bento, Mathias, Antonio Monjolo, Faustino, Felipe, Thereza, M^a Cassange, Domingos Congo, Gertrudes Benguela, Francisca Benguela, Candido, Drezida, Ambrosio Fromigueiro, Clemente, Tude, Marcelina.

FREGUESIA: João Cassange, Ephigenia, Miguel, Rodrigo. (31 de janeiro de 1887)

Do embate entre a violenta política da dominação legitimada pelos senhores e as estratégias de sobrevivência articuladas pela população escrava, emerge uma dinâmica social calcada no sentimento do “sobressalto” que permeava os mundos da fazenda.¹⁰⁸ Ao conseguir pertencer à rede e fazer parte da “política de favores” de seus senhores, o escravo acabava enredado em seus anseios, cativo de suas próprias conquistas, porque passava a conviver com o temor de perdê-las. Por outro lado, na outra ponta da gangorra de forças, os senhores viviam em constante “estado de alerta”. As políticas de negociação implementadas cotidianamente eram instáveis e podiam rapidamente se tornar motivo de conflito, sobretudo através de fugas individuais ou coletivas, rebeliões nas senzalas, roubos e ataque

107 Sobre este tema, ver: CHALHOUB, S. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. SLENES, 1997, p. 236. Ver ainda: MATTOS, H. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. GUEDES, Roberto, *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, SP, 1798-1850). Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2008.

108 SLENES, 1997.

a senhores e feitores seguidos de morte. Como afirma Robert Slenes, os senhores sabiam que estavam “dormindo com o inimigo”, pois os líderes das revoltas nas senzalas eram, frequentemente, os escravos mais chegados.¹⁰⁹

Para corroborar a afirmativa de Slenes, vale citar a revolta de Manoel Congo ocorrida no dia 5 de novembro de 1838, em Vassouras. O episódio teve início quando os escravos de Manuel Francisco Xavier se sublevaram e seguiram para a fazenda Maravilha, pertencente ao mesmo dono. Ao chegarem, atentaram contra o feitor, roubaram mantimentos e ferramentas do paiol e puseram uma escada na cozinha da casa de vivenda para possibilitar a fuga dos escravos domésticos que por ali dormiam.¹¹⁰

Para a discussão que nos interessa no momento, vale frisar aqui três aspectos que relativizam a completa eficácia da política de domínio senhorial. Em primeiro lugar, nenhum dos escravos domésticos da fazenda Maravilha resistiu à fuga ao serem convocados pelos cativos já sublevados. Em segundo lugar, Manoel Congo, acusado de ser o principal líder da revolta, era ferreiro e casado. Em terceiro lugar, a maioria dos escravos indicados no inquérito como cabeças do movimento eram escravos domésticos ou possuíam alguma especialização. Portanto, nenhum dos benefícios concedidos pela política senhorial de dominação – atuar no serviço doméstico, ter um trabalho especializado, constituir família – foram capazes de impedir a fuga e a revolta por parte dos escravos que deles gozavam.

É importante que se tenha em mente que a política de dominação senhorial vivia um equilíbrio tênue, instável e que a aceitação da mesma por parte dos escravos era passível de ser alterada no menor sinal de possibilidade de liberdade. Os escravos também tinham suas estratégias. Estavam capacitados a resistir ao sistema de dominação imposto à medida que, por fazer parte dele (como dominado), conheciam a fundo suas brechas, limites e imperfeições. Neste contexto, as desobediências e fugas eram bastante comuns e os anúncios de escravos fugidos povoaram os jornais da Corte e das províncias do Vale.

50\$000. O escravo chamado Antonio fugiu em 29 de junho da fazenda Tatuhy de Pati do Alferes. Ele é carpinteiro, africano de Benguela, com marcas de varíola, alto, pés grandes, lábios grossos, corpulento, barba branca. Como ele fugiu com a escrava Damiana, africana de Benguela sua esposa, muito escura, baixa, robusta, faltam-lhe 3 dedos na mão direita, fala bem. Esses escravos

109 Ibid., p. 236. Ver ainda: MATTOS, H., 1998.

110 GOMES, Flávio. “As raízes do efêmero: a insurreição quilombola de Vassouras (1838)”. In: Op. cit.

são conhecidos em Paraíba do Sul, Bemposta e Piabanha, onde trabalham, e no município de Vassouras. Quem quer que os ajude será processado por lei. Acima a recompensa para quem devolvê-los a senhora D. Luiza Rosa Sampaio, em Tatuhy, ou quem possa dar informações sobre seus paradeiros.¹¹¹

Convivendo bem de perto com os escravos, existia toda sorte de homens livres que atuavam na fazenda ou nas margens das fronteiras territoriais da mesma, realizando trabalhos diários ou sazonais. Eram ex-escravos, feitores, arreadores, pequenos agricultores, trabalhadores por jornada que se distinguiam dos cativos por possuírem o atributo da liberdade. Se a liberdade os diferenciava dos cativos, não os equiparava aos senhores, cidadãos ativos, que detinham o direito de votar e serem votados, assegurado pela prerrogativa do voto censitário garantida na Constituição de 1824. Apesar de viverem apartados do mundo dos senhores por outros elementos diferenciadores como grau de instrução, práticas de consumo, etiqueta e *habitus* social, os homens livres e pobres, considerados cidadãos passivos na lógica política vigente, jogavam cotidianamente com suas relações pessoais e laços de dependência em busca de melhores condições de vida.¹¹²

O que definia toda a sorte de homens pobres, não escravizados, que viviam no Vale do Paraíba fluminense e em toda a sociedade Imperial era o fato de serem livres. Contudo, se atributo da liberdade os igualava, o da propriedade os hierarquizava reproduzindo a lógica “verticalizadora” da sociedade imperial. Portanto, a posse de escravos e de terras eram elementos de diferenciação importantes no interior de um grupo social com funções tão diversas. Todavia, estas conquistas se tornaram cada vez mais difíceis na conjuntura pós 1850, quando o preço do cativo e as possibilidades de acesso à terra se restringiram na região.

Na sociedade oitocentista, os critérios de liberdade e propriedade estavam imbricados. Ou seja, o reconhecimento social de uso da terra era respaldado por favores, relações pessoais e familiares historicamente constituídas na região e que garantiam o acesso a tal.¹¹³ Relações de fidelidade construídas ao longo de uma vida entre homens livres e pobres e grandes

111 O MUNICÍPIO 5 de julho de 1877 apud STEIN, 1990, p. 180.

112 Para uma discussão acerca da cidadania no Império, consultar: GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; MATTOS, H., 2000; MATTOS, I., 1990.

113 MATTOS, H. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

senhores podiam ser recompensadas no futuro. O barão de Capivary, por exemplo, beneficiou em testamento dois de seus “agregados”. Ao compadre José de Oliveira Barcellos deixou 3:000\$000 em terras que já eram de seu usufruto e à agregada Anna Isabel do Parahyso Ribeiro doou os escravos e as terras já arrendados por ela, além da quantia de 50\$000.¹¹⁴

O estudo pioneiro de Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre os *homens livres na ordem escravocrata* enfatizou a pluralidade de condições e de relações que este grupo social constituía junto aos grandes proprietários rurais ao nível de relações de compadrio, vínculos pessoais, favores prestados, interesses eleitorais, arrendamento de terras e/ou instrumentos de trabalho, etc. Assim como Stanley Stein e Warren Dean, a autora destacou a pouca oferta de terras como favorecedora de um pequeno grupo de ricos proprietários que exercia seu poder, autoridade e controle político sobre um certo número de homens pobres.¹¹⁵ A influência destes poucos senhores não ficava circunscrita aos arrendatários e sitiantes que se dedicavam à agricultura em suas terras, mas se propagava também a vendeiros, tropeiros, jornaleiros e comerciantes de pequeno porte e outros trabalhadores com negócios e interesses na região.¹¹⁶ Como decorrência, os vínculos pessoais constituídos entre os chamados “agregados” e os grandes proprietários locais dificultavam a possibilidade de um existir politicamente autônomo destes homens livres e pobres, ao mesmo tempo em que legitimava a imposição da vontade do mais forte sobre o mais fraco.¹¹⁷

Para José Murilo de Carvalho, ao contrário, o voto era um importante instrumento de barganha dos homens pobres frente aos senhores. Apesar de o pleito ser censitário, o número de eleitores no Império era considerável se comparado a outros países no mesmo período. No Brasil, isso ocorria

114 TESTAMENTO do barão de Capivary, Pau Grande 20 de fevereiro de 1863. Vassouras: Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra, 1863. Caixa 242.

115 Stanley Stein estudou o sistema da grande lavoura em Vassouras e Warren Dean desenvolveu trabalho semelhante para Rio Claro, região do vale do Paraíba paulista. Ver: STEIN, 1990.

116 FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1997. Sobre o espaço de sobrevivência dos homens livres e pobres na ordem escravocrata, a autora lembra que “foi na fimbria do sistema econômico organizado para a produção e comercialização do café que emergiram as atividades a eles relegadas. Foram esses serviços residuais, que na maior parte não podiam ser realizados por escravos e não interessavam aos homens com patrimônio, que ofereceram as oportunidades aos trabalhadores livres”. p. 65.

117 Ibid., p. 94. Esta afirmação está baseada numa interpretação clássica na historiografia brasileira a qual enfatiza uma relação desigual entre proprietários de terras e seus trabalhadores e agregados. Ver: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca CCS da UERJ, 1949.

porque a renda mínima anual exigida era relativamente baixa para a época e a fiscalização da Coroa da lista de votantes não era das mais eficazes. Desse modo, em tempos de eleições, muitos eleitores negociavam favores com os chefes políticos locais porque sabiam que a derrota destes grandes proprietários significaria desprestígio e perda do controle de cargos públicos.¹¹⁸

Desta forma, se por um lado a pouca oferta de terras, que era uma realidade no Vale fluminense após a década de 1850, deixando uma grande parcela da população livre vulnerável as relações pessoalizadas impostas pelos grandes senhores; por outro, estas mesmas relações pessoalizadas abriam possibilidades de acesso à terra, benefícios e oportunidades de inserção na comunidade local, como demonstrou a análise do testamento do barão do Capivary. Obviamente que não se trata de dizer que as partes envolvidas na negociação se colocavam em iguais condições. O caráter violento e desigual das relações entre senhores e homens livres e pobres não pode ser desmerecido. Todavia, os espaços sociais para o desenvolvimento de negociações, barganhas, conflitos e rebeldias devem ser levados em consideração sob pena de encobrir as especificidades destes homens livres e despossuídos e acabar por considerá-los uma massa de manobra sem valores e pensamentos próprios.¹¹⁹

Mas o trabalho como lavrador agregado e pequeno sitiante ligados aos grandes senhores não era a única função que os homens livres e pobres exerciam nas grandes fazendas. Nas *Instruções gerais para a administração das fazendas*, enumerava-se: “todo o pessoal livre da fazenda, camaradas como oficiais de ofício, enfermeiros estão debaixo das ordens do administrador e ele é responsável pelo bom emprego do tempo dos mesmos.[...] Tem o administrador o direito e a obrigação de demiti-los logo que cumpram seus deveres”.¹²⁰ Além dos citados acima, era comum nas fazendas o emprego de trabalhadores livres para outras funções específicas e este número podia aumentar de acordo com o volume de trabalho nas diferentes safras e colheitas. Na contabilidade da fazenda Pau Grande, por exemplo, entre os anos de 1872 e 1876, aparecem gastos com pagamento de salários a feitores (126\$000 réis/ano), jornaleiros e tropeiros.¹²¹

118 CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 33.

119 A discussão desta questão no tocante aos escravos é apresentada por REIS; SILVA, 1989.

120 INSTRUÇÕES Gerais para a Administração das Fazendas, p. 108.

121 ARQUIVO NACIONAL. *Caderno de assentamentos financeiros das despesas e rendimentos mensais da fazenda -1870-1876*. Rio de Janeiro, 1870-1876. Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 798.

Como vimos, os diversos agentes sociais que compunham o universo dos complexos cafeeiros estavam ligados por uma imbricada teia de dependências, solidariedades e relações de poder que eram respaldadas por uma lógica de domínio verticalizada, hierarquizada e excludente que operava a partir de critérios de liberdade e propriedade. No cotidiano das plantations cafeeiras, as relações sociais e de trabalho instituídas variaram no tempo e no espaço sem, contudo, prescindirem dos princípios da hierarquia, tão caro ao funcionamento das sociedades escravistas. Tais relações de força tencionavam as dinâmicas entre os diversos grupos sociais, mas também no interior dos mesmos. Nas comunidades de senzala de grandes plantations, por exemplo, estas diferenciações eram sentidas através de conflitos entre africanos e crioulos, cativos antigos e recém-chegados.¹²² A situação das pessoas livres e pobres que trabalhavam nas grandes fazendas não fugia à regra.¹²³ Contudo, a dinâmica social vigente acenava com hipotéticas conquistas: aos escravos com a possibilidade de constituírem famílias, fazerem roça própria, realizarem festas aos domingos e dias santos ou serem alforriados; aos homens livres e agregados com promessas de proteção, melhor remuneração, lotes de terra, recebimento de escravos ou pequenas doações após a morte do proprietário a quem foram fiéis; aos senhores com a aquisição de títulos de nobreza, enriquecimento ou boas relações com pares mais endinheirados. Todavia, as clivagens entre os grupos sociais em questão eram fulcrais. Enquanto para os escravos a aquisição de “benefícios,” em muitos casos, significava a garantia da própria sobrevivência; para os senhores se tratava da manutenção de um *status quo*.

A título de conclusão, pode-se dizer que, como resultado histórico do processo de ocupação das terras “serra acima”, da rápida montagem dos complexos cafeeiros e da ascensão dos mega proprietários de terras e escravos que residiam no centro-sul, em pouco tempo, o Vale do Paraíba tornou-se uma peça fundamental para a economia e a política imperial, sendo socialmente reconhecida como uma região. A opção conservadora pela emancipação gradativa da escravidão a despeito de todas as transformações ocorridas tanto no cenário nacional quanto internacional pode ser

122 FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico, c.1790 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Sobre a temática da família escrava, Robert Slenes apresenta uma interpretação oposta de que no âmbito das comunidades de senzala e da formação de famílias foi possível aos africanos e seus descendentes manterem relações de solidariedade e elementos da cultura africana. SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

123 SLENES, 1997, p. 283.

interpretada como uma prova do forte comprometimento das forças políticas do Império com a classe senhorial escravista do Vale.¹²⁴

Desta forma, se por um lado a concentração de mão de obra escrava, terras e riqueza no Vale do Paraíba proporcionou uma projeção política e econômica da região no âmbito nacional, por outro, isolou os interesses escravistas naquela espacialidade. Com o fim do infame comércio, o aumento do preço do escravo e a intensificação do tráfico interprovincial, o mapa da escravidão mudou no Brasil.¹²⁵ Nos anos de 1880, a nova configuração apontava uma concentração maciça de escravos no Vale do Paraíba, enquanto outras localidades tendiam ao esvaziamento deste tipo de mão de obra.¹²⁶ A escravidão como instituição havia perdido sua capacidade de amalgamar interesses de grupos sociais distintos. Tornara-se reduzida aos interesses de um grupo de grandes proprietários do centro-sul, enfraquecendo-a como projeto nacional.¹²⁷

124 No âmbito interno, cito o crescimento do movimento abolicionista, a Guerra do Paraguai, o aumento das fugas de escravos e ascensão das classes médias urbanas incluindo o grupo dos militares. No âmbito externo, destaco a Guerra Civil Americana com a derrota do sul escravista e o forte crescimento da opinião pública internacional contrária à escravidão.

125 “As estimativas indicam que entre 1850 e 1888, foram transferidos aproximadamente duzentos mil escravos do Nordeste para a lavoura cafeeira. Além da venda dos cativos ter sido uma das formas de muitos proprietários de terras nordestinos saldarem suas dívidas, as secas ocorridas na região, no final da década de 1870, também contribuíram para que perdessem aproximadamente 50% do seu plantel de escravos. O trabalhador livre foi substituindo paulatinamente a mão de obra nas lavouras nordestinas.” BASTOS, Lúcia; MARTINS, Humberto. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 350.

126 Neste processo, destaco a extinção da escravidão em 1884 nas províncias do Ceará, Amazonas e na cidade de Porto Alegre e o movimento dos caifazes em São Paulo.

127 SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. Id. *Guerra do Paraguai: memórias & imagens*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.